

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.4 - Política de destinação dos resultados	6
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	8
3.7 - Nível de endividamento	9
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	21
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	30
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	31
4.7 - Outras contingências relevantes	32
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	33

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	34
5.4 - Outras informações relevantes	38

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	39
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	40
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	41
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	42
6.7 - Outras informações relevantes	43
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	44
7.9 - Outras informações relevantes	45
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	46
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	48
8.3 - Operações de reestruturação	49
8.4 - Outras informações relevantes	50
9. Ativos relevantes	
9.2 - Outras informações relevantes	51
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	52
10.2 - Resultado operacional e financeiro	63
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	64
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	65
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	67
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	68
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	69
10.10 - Plano de negócios	70
10.11 - Outros fatores com influência relevante	73
11. Projeções	

Índice

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	74
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	75
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	76
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	79
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	80
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	85
12.12 - Outras informações relevantes	86
13. Remuneração dos administradores	
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	87
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	89
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	90
13.16 - Outras informações relevantes	91
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	92
15.3 - Distribuição de capital	103
15.7 - Outras informações relevantes	104
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	105
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	108
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	109
17.5 - Outras informações relevantes	110

Índice

18. Valores mobiliários

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	111
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	112
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	113
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	114
18.10 - Outras informações relevantes	115

19. Planos de recompra/tesouraria

19.4 - Outras informações relevantes	116
--------------------------------------	-----

20. Política de negociação

20.2 - Outras informações relevantes	117
--------------------------------------	-----

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	118
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	119
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	120
21.4 - Outras informações relevantes	121

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	122
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	123
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	124
22.4 - Outras informações relevantes	125

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carmem Campos Pereira

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	01/01/2007 a 31/12/2007		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2007 e informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2007.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço			
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Jose Luiz Ribeiro de Carvalho	01/01/2007 a 31/12/2007	007.769.948-32	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, Itaim Bibi, Sao Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (0011) 21833000, Fax (0011) 21833002, e-mail: dpp@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	01/01/2008
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2009 e informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2009. Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2008 e informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2008.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$251,0 mil, referente aos serviços de Auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia.
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Orlando Octavio de Freitas Junior	01/01/2008	089.488.808-02	Rua Bela Cintra, 934, Cerqueira Cesar, Sao Paulo, SP, Brasil, CEP 01415-000, Telefone (11) 31385019, Fax (11) 31385182, e-mail: orlando@bdobrazil.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item 2.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)

Exercício social (31/12/2009)

Exercício social (31/12/2008)

Exercício social (31/12/2007)

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:

As práticas da Companhia no que se referem à retenção de lucros, distribuição de dividendos e periodicidade das distribuições de dividendos dos últimos 3 (três) exercícios sociais, têm observado as disposições do Estatuto Social da Companhia, e os comandos da Lei nº 6.404/76, conforme descritas no item 18.1., letra "a", deste Formulário de Referência.

A destinação do resultado do exercício e a possível retenção de lucros e /ou distribuição de dividendos são objeto de Assembléia Geral Ordinária, anualmente convocada pela Companhia.

Abaixo, transcrevemos os artigos do Estatuto Social da Companhia que regulam a destinação do resultado do exercício social, conforme praticado, nos termos da referida Lei:

“Artigo 27 Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro; dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos Diretores, nos termos do artigo 10, Parágrafo 2º deste Estatuto.

Artigo 28 O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

(a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;

(c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a assembléia geral, poderá por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de Reservas de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76;

(e) o lucro remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição de Reserva de Investimentos, observado o disposto no Parágrafo Único infra, e, o artigo 194 da lei 6.404/76.

Parágrafo Único: A Reserva de Investimentos tem as seguintes características:

(a) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia;

(b) será destinado à Reserva de Investimento o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após as deduções referidas nas alíneas "a" a "d", do artigo acima;

(c) a Reserva de Investimento deverá observar o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76;

(d) a Reserva de Investimento poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Artigo 29 Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da Reserva para Contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (c) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da lei.

Parágrafo 2º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembléia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecido o disposto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Artigo 30 A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares. O Conselho de Administração, ad referendum da Assembléia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes.

Artigo 31 A critério do Conselho de Administração, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.”

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**3.6. DIVIDENDOS DECLARADOS À CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS EM EXERCÍCIOS SOCIAIS ANTERIORES:**

	Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007	Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008	Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2009
Lucros Retidos	-	25.834	49.746
Reservas Constituídas	-	25.834	49.746

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	676,038,000.00	Índice de Endividamento	1.59000000	
	0.00	Outros índices	2.23000000	<p>Índice "Total da Dívida Líquida por Ebitda"</p> <p>O EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados.</p> <p>O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita ser o EBITDA uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.</p> <p>Dívida Financeira líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações.</p> <p>A Companhia entende que o índice, Dívida Financeira Líquida por EBITDA, é índice usual de mercado, e por isso é adotado como forma de identificar o nível de alavancagem da Companhia.</p>

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2009	0.00	Outros índices	3.11000000	<p>Índice "Ebitda por Encargo da Divida"</p> <p>O EBITDA (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados.</p> <p>O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita ser o EBITDA uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.</p> <p>Encargos de dívidas – significa o encargo encargo das despesas financeiras das demonstrações do resultado.</p> <p>A Companhia entende que o índice, EBITDA por Encargo da dívida, é índice usual de mercado, e por isso é adotado como forma de identificar o nível de alavancagem da Companhia.</p>

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	38.225.000,00	0,00	0,00	542.994.000,00	581,219,000.00
Garantia Flutuante	20.548.000,00	16.948.000,00	1.685.000,00	75.721.000,00	114,902,000.00
Quirografárias	1.187.000,00	2.640.000,00	0,00	0,00	3,827,000.00
Total	59,960,000.00	19,588,000.00	1,685,000.00	618,715,000.00	699,948,000.00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:

A Companhia procedeu a análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23): a capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais da Companhia, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12): a deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

Deliberação CVM nº 603/09 – Apresentação dos Formulários de Informações Trimestrais (ITRs): a Companhia continua apresentando seus formulários de informações trimestrais (ITRs) durante 2010 conforme as práticas vigentes em 31 de dezembro de 2009. Assim, a Companhia irá reapresentar os formulários de informações trimestrais (ITRs) juntamente com as informações comparativas quando da apresentação das demonstrações financeiras anuais (DFP) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos durante o ano de 2009.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. FATORES DE RISCO QUE PODEM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA:

a) Com relação à Companhia

A construção, operação e ampliação das instalações e equipamentos de geração e distribuição de energia elétrica da Companhia envolvem riscos significativos que podem ensejar perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, operação e ampliação de instalações e equipamentos destinados à geração e distribuição de energia elétrica da Companhia envolvem diversos riscos, incluindo:

- a incapacidade de obter alvarás e aprovações governamentais necessários;
- indisponibilidade de equipamentos;
- interrupções de fornecimento;
- greves;
- paralisações e manifestações trabalhistas;
- perturbação social;
- interferências climáticas ou hidrológicas;
- oposição das comunidades locais;
- problemas ambientais e de engenharia imprevistos;
- aumento nas perdas de energia elétrica, incluindo perdas técnicas e comerciais;
- atrasos operacionais e de construção, ou custos superiores ao previsto; e
- indisponibilidade de financiamento ou pelo menos em termos comercialmente razoáveis.

Se a Companhia vivenciar esses ou outros problemas, poderá não ser capaz de distribuir energia elétrica em quantidades compatíveis com seus planos de negócios, o que pode vir a afetar de maneira adversa sua situação financeira e o resultado das suas operações.

O nível de endividamento financeiro e não financeiro, bem como de despesas com o serviço da dívida podem afetar adversamente a capacidade de operar os negócios da Companhia e efetuar pagamentos de sua dívida, bem como o resultado de suas operações.

A Companhia atua num setor de atividade econômica que requer grande volume de recursos financeiros e, portanto, contraiu e contrairá financiamentos em volumes significativos. Em 31 de dezembro de 2009, seu endividamento total, sem contar a dívida entre partes relacionadas, era de R\$ 676,0 milhões, sendo R\$ 55,0 milhões de longo prazo e R\$ 621,0 milhões de curto prazo. Esse nível de endividamento aumenta as possibilidades da Companhia não gerar recursos suficientes para pagar suas dívidas e distribuir dividendos. Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional de tempos em tempos para financiar aquisições, investimentos ou associações estratégicas, bem como para a condução de suas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente. Caso incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar, inclusive com relação a sua habilidade de pagar dívidas, e caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas. Na hipótese de vencimento antecipado de suas dívidas, seus ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos de financiamento. Além disso, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a nossa capacidade de investir em nossas atividades e de fazer dispêndios de capital necessários, o que pode afetar nossa condição financeira e o resultado de nossas operações.

A Companhia não pode assegurar a renovação dos seus contratos de concessão.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia desenvolve suas atividades de distribuição de acordo com o contrato de concessão celebrado com a União. A concessão para distribuição da ENERSUL, possui prazo de validade até 2027. A Companhia não pode assegurar que esta concessão será renovada quando do advento do término do prazo contratual ou que será renovada em termos favoráveis à Companhia. Caso essa concessão não seja renovada, ou seja renovada em termos mais onerosos ou desvantajosos, suas operações, condição financeira e resultado operacional poderão sofrer um impacto adverso significativo.

Tendo em vista o grau de discricionariedade concedido à ANEEL pela Lei de Concessões e pelo contrato de concessão com relação à renovação do prazo da concessão existente, e dada a falta de precedentes com relação ao exercício pela ANEEL de tal discricionariedade e interpretação e aplicação da Lei de Concessões, a Companhia não pode assegurar que obterá nova concessão ou que sua concessão será estendida em termos tão favoráveis quanto os atualmente vigentes.

Se não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia e essas perdas não forem repassadas às tarifas, seus resultados operacionais e sua condição financeira poderão ser adversamente afetados.

A Companhia enfrenta dois tipos de perdas de energia em sua atividade de distribuição: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia, que imediatamente se dissipam no decorrer da transmissão da energia que a Companhia distribui. Perdas não técnicas são aquelas causadas por conexões ilegais, adulteração de medidores, fraude, medição equivocada e erro nas contas. Devido às perdas técnicas e não técnicas, o montante de eletricidade que compramos é superior ao montante entregue e cobrado de seus consumidores. Em 2009, o total das perdas de energia de suas operações de distribuição foi de 23,7% sobre o valor total de energia distribuída. A implementação de programas de redução de perdas requer investimentos significativos e a Companhia não pode assegurar que os recursos para estes investimentos estarão disponíveis. Adicionalmente, este programa requer também participação das instituições estatais, principalmente do judiciário e do legislativo, e a Companhia não pode assegurar que estas instituições colaborarão com seus esforços de redução de perdas. As estratégias e programas de combate a perdas de energia podem não ser eficazes e o valor econômico dessas perdas podem não ser repassadas em sua totalidade às suas tarifas, de modo que um aumento significativo nas perdas de energia poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Os contratos financeiros da Companhia possuem obrigações específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inadimplemento dessas obrigações pode afetar adversamente sua condição financeira e sua capacidade de conduzir seus negócios.

A Companhia é parte em diversos contratos financeiros, vários dos quais exigem o cumprimento de certas obrigações específicas, dentre elas a de manter certos índices financeiros os quais, por sua vez, restringem sua capacidade de contratar novas dívidas ou de manter linhas de crédito. Qualquer inadimplemento aos termos de seus contratos financeiros que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como pode resultar no vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros. Os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos de financiamento, na hipótese de vencimento antecipado. Para mais informações, ver item "10.1 (f) iv deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não conseguir implementar integralmente a sua estratégia de negócios.

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de vários fatores, inclusive da sua capacidade de (i) expandir a base de consumidores e intensificar seus negócios nas áreas que atuamos; (ii) investir em programas de redução de perdas; (iii) investir em eficiência técnica operacional; (iv) consolidar seus negócios e operações; e (v) reestruturar seu perfil de endividamento. Sua incapacidade em lidar com quaisquer desses fatores pode prejudicar sua capacidade de executar sua estratégia de negócios.

Uma vez que parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Uma parte significativa dos bens da Companhia, inclusive a sua rede de distribuição de energia está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos das concessões e com a legislação. A Companhia tem o direito de receber indenização do Poder Concedente em caso de extinção antecipada de sua concessão, mas não pode assegurar que o valor a ser indenizado será igual ao valor de mercado dos bens revertidos. Essas limitações podem ter um efeito negativo em sua capacidade de honrar as dívidas contraídas e/ou obter financiamentos.

O Governo Federal criou um programa de “universalização” que requer que haja o fornecimento de serviços de eletricidade a determinados consumidores e que as empresas do setor incorram em despesas operacionais e de capital que podem não ser vantajosas para a Companhia.

Em 2002, o Governo Federal deu início à implementação de um programa de universalização com o objetivo de fornecer eletricidade aos consumidores de baixa renda que de outra forma não teriam acesso a eletricidade. Em 2003, o Governo Federal começou a implementar o Programa Luz para Todos, delineado para disponibilizar eletricidade para os consumidores rurais de baixa renda, que de outra forma não teriam acesso a eletricidade. De acordo com esse programa, (1) o MME e distribuidoras de energia, conjuntamente, através da ANEEL, estabeleceram metas em relação ao número de consumidores rurais de baixa renda para cada distribuidora de energia, e (2) as distribuidoras de energia devem arcar com os custos de ligação para estes consumidores cuja potência declarada dos equipamentos elétricos não ultrapasse 50 kW. Caso as metas determinadas por esse programa não sejam atendidas pela Companhia, ela poderá ser penalizada com redução de suas tarifas até o cumprimento das respectivas metas.

O cumprimento das metas estabelecidas requer investimentos significativos que são primordialmente financiados por programas oficiais como o Programa Luz para Todos, criado pelo Governo Federal para financiar até 85,0% dos investimentos exigidos para a implementação do programa de universalização. O repasse aos consumidores dos custos que são incorridos e que não são ressarcidos por essas outras fontes somente pode ser efetuado, sujeito à aprovação discricionária da ANEEL, nas revisões periódicas de tarifa, que ocorrem somente a cada quatro ou cinco anos. A regulamentação vigente, Resolução ANEEL nº 175/2005, estabelece que, caso o custo adicional advindo da implementação do Programa Luz para Todos, no período de 2005 a 2010, acarrete um impacto tarifário para os consumidores superior a 8%, a concessionária deverá solicitar, a qualquer tempo, a revisão das metas desse programa. Mesmo que se confirme que o impacto tarifário da implementação das metas do Programa Luz para Todos nas atividades de distribuição da Companhia é superior a 8%, não há como assegurar que as autoridades reguladoras reverão estas metas em prazos adequados e as metas de conclusão do programa.

Em razão da extensão territorial e dispersão populacional de suas concessões, os custos da Companhia com o programa de universalização são comparativamente elevados em relação a outras concessionárias que atuam em áreas menores e de maior densidade populacional. A Companhia depende ainda em larga escala de financiamentos e programas governamentais para cumprir com as metas de universalização e qualquer atraso na aprovação desses financiamentos e programas podem afetar adversamente sua capacidade de atender as metas estabelecidas, sujeitando a Companhia às penalidades regulamentares, incluindo reduções de tarifas.

Ademais, os investimentos obrigatórios para atendimento das metas de universalização podem não gerar o mesmo retorno sobre o capital investido se comparado com outros investimentos que poderiam ser realizados conforme suas próprias decisões negociais. Ainda, no futuro, o Governo Federal pode impor ônus adicionais as suas distribuidoras no Programa Luz para Todos, ou no âmbito de programas semelhantes, os quais poderão aumentar significativamente os custos da Companhia e afetar negativamente seus resultados.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle

Não aplicável.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Não aplicável.

d) Com relação às controladas e coligadas da Companhia

Não aplicável.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

Não aplicável.

f) Com relação aos clientes da Companhia

As empresas distribuidoras possuem contas a receber vencidas que, se não foram pagas, podem afetar adversamente seus resultados financeiros.

A habilidade da Companhia de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da nossa capacidade de cobrá-los. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia acumulou contas a receber vencidas de consumidores finais no valor de R\$ 136,5 milhões, que representa 10,0%, de sua receita operacional bruta em 2009. Das contas a receber vencidas em 31 de dezembro de 2009, 28,2% encontravam-se vencidas e não pagas por mais de 90 dias. Deste percentual total, cerca de 8,2% era representado por contas devidas pelo setor público de curto prazo para as quais os mecanismos jurídicos de cobrança têm historicamente encontrado mais dificuldades. A Companhia pode não recuperar os créditos relativos a dívidas do setor público e demais consumidores inadimplentes. A Companhia não constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa com relação à venda de energia elétrica para o setor público. Caso a Companhia não recupere parcela significativa desses créditos, seus resultados financeiros serão adversamente afetados. Ademais, qualquer deterioração na economia brasileira, particularmente nas regiões em que presta serviços, poderá afetar adversamente a liquidez de seus consumidores, o que poderia aumentar as contas a receber vencidas.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

Contratações incorretas na compra de energia elétrica podem afetar negativamente as operações da Companhia. Caso a Companhia compre energia aquém do necessário, estará sujeita a penalidades pela ANEEL e ainda obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo, cujo preço pode ser mais elevado que a tarifa média de compra regulada das distribuidoras, para atender a demanda dos consumidores. Caso a Companhia compre energia além do necessário, ela poderá não conseguir repassar integralmente às suas tarifas os custos advindos dessas contratações incorretas, se exceder em mais de 3% sua contratação de energia em relação ao mercado consumidor da Companhia.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico determina que as distribuidoras de energia devam contratar antecipadamente, por meio de leilões públicos suas necessidades de energia previstas para os cinco anos seguintes.

Adicionalmente, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico restringe a capacidade da Companhia de repassar aos seus consumidores o custo das compras de energia caso seus custos ultrapassem o Valor Anual de Referência estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia gerada por novas empresas, e a ser entregue três a cinco anos contados da data do leilão, e será aplicado somente durante os três primeiros anos após o início da entrega da energia comprada. Após o terceiro ano, o repasse da compra de energia nos leilões será integral.

O MCSO, que determina a cessão de montantes contratuais de energia entre distribuidoras sobre e subcontratadas, obriga as distribuidoras sobrecontratadas a cederem energia em excesso para as distribuidoras subcontratadas, as quais deverão aceitar essa energia nas mesmas condições originais dos contratos. Além disso, os contratos de "energia velha" prevêm a opção de descontração anual de até 4% do volume contratado durante os primeiros quatro anos de vigência desses contratos, a critério exclusivo da distribuidora, sendo possível também reduzir contratos de energia velha para os geradores, pela saída de consumidores livres.

Se, após a implementação anual do MCSO e da potencial opção de descontração de até 4% do volume contratado dos contratos de "energia velha", a distribuidora contratar mais de 103% ou menos de 100% da energia necessária para atendimento ao seu mercado consumidor, a mesma não poderá repassar integralmente os custos da compra de energia para os consumidores, no caso de sobrecontratação, e sofrerá penalidades, no caso de subcontratação. A Companhia não pode assegurar com precisão que em todo o período, o volume contratado anualmente nos contratos de compra de energia estarão na faixa de 100% a 103% da sua demanda de eletricidade efetivamente realizada.

Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam a demanda de energia contratada para os próximos cinco anos, incluindo crescimento econômico e populacional, além do eventual risco de racionamento, não é

4.1 - Descrição dos fatores de risco

possível assegurar que a demanda de sua energia contratada será precisa. Para tanto, a Companhia trabalha com a elaboração de cenários sócio-econômicos, que contemplem a maior parte das incertezas no comportamento futuro da nossa demanda de energia contratada. A Companhia conta também com consultorias especializadas, com reconhecimento e competência nacionais, que lhe fornece informações constantemente atualizadas das diversas variáveis sócio-econômicas que afetam o comportamento do seu mercado. No entanto, podem ocorrer alterações nas premissas utilizadas para elaboração destes cenários, acarretando desvios entre os valores projetados e os realizados. Como consequência, se houver variações significativas entre as necessidades de energia da Companhia e o volume de suas compras de energia, e caso não possam ser acionados os mecanismos de ajuste para cobertura das necessidades de energia (tais como devolução de contrato de energia no caso de saída de consumidor livre, mecanismo de compensação de sobras e déficits ou aquisição de energia proveniente do leilão de ajustes), os resultados de suas operações poderão ser adversamente afetados.

O impacto de uma escassez de energia e consequente racionamento de energia, como o que ocorreu em 2001 e 2002, poderá causar um efeito adverso significativo sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil, representando cerca de 73,8% da capacidade instalada de geração em 31 de dezembro de 2008. A capacidade de operação das usinas hidrelétricas depende do nível de armazenamento de água em seus reservatórios e, conseqüentemente, dos índices pluviométricos. Os níveis pluviométricos abaixo da média verificados no verão de 2001, associado a atrasos de obras de expansão da oferta de energia no país, resultaram em baixos níveis dos reservatórios e na baixa capacidade hidrelétrica nas Regiões Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do Brasil. As tentativas de compensar a dependência em usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas devido a problemas regulatórios e outros. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por racionamento, estabeleceu limites de consumo de energia para consumidores industriais, comerciais e residenciais, limites esses que variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em consequência do racionamento, o consumo de energia em nossas áreas de concessão foi reduzido, o que afetou negativamente as operações da Companhia.

Se houver outra situação de escassez generalizada de energia, o Governo Federal poderá implementar políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia e alterações nos ajustes tarifários, o que poderá causar um efeito adverso significativo sobre a condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Ademais, a Companhia não pode assegurar que, na hipótese de novas situações de escassez de energia ou de racionamento, a ANEEL permitirá o repasse, parcial ou integral, às suas tarifas de eventuais perdas que venha a sofrer.

No entanto, o Operador Nacional do Sistema – ONS tem publicado estudos que garantem riscos muito baixos de ocorrência de novos racionamentos no horizonte pelo menos até 2013.

Ademais, interrupções abruptas ou distúrbios oriundos dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, como o ocorrido em 10 de novembro de 2009, acarretam a paralisação do fornecimento dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, a geração da receita derivada desta prestação de serviço no período da paralisação. Caso uma nova interrupção venha a ocorrer, as receitas da Companhia poderão sofrer uma diminuição no curto prazo.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

A Companhia está sujeita a uma extensa legislação e regulamentação governamental relacionadas às suas atividades de distribuição e, não pode prever com exatidão que efeitos as alterações das normas do setor teriam sobre seus negócios e resultados operacionais.

As operações de distribuição e geração de energia da Companhia são amplamente reguladas pela ANEEL e pelo MME. Em 2004, o Governo Federal implantou novas políticas de profundos efeitos sobre o setor de energia brasileiro. Em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes na comercialização de energia e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil, dentre as quais (i) a criação do ACR para a compra e venda de energia elétrica, em que as distribuidoras devem contratar energia de acordo com um esquema regulatório pré-estabelecido, sempre através de leilões públicos e regulados, visando atender a totalidade de sua demanda para os próximos cinco anos; (ii) a proibição para as distribuidoras de energia realizarem quaisquer atividades

4.1 - Descrição dos fatores de risco

que não a de distribuição, incluindo geração e transmissão de energia elétrica, exceto se autorizadas por lei ou pelos contratos de concessão; (iii) a proibição de compra de energia elétrica de partes relacionadas por distribuidoras, exceto se existir um contrato bilateral previamente aprovado pela ANEEL, ou assinado no contexto do ACR; e (iv) a proibição da venda de energia elétrica por preços não regulados, por distribuidoras, exceto para as vendas realizadas nas áreas de concessão das distribuidoras nas mesmas condições aplicáveis aos consumidores cativos.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. O mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados.

A ANEEL, nos termos da legislação aplicável, regula o setor elétrico e todas as atividades relacionadas ao serviço público de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

As resoluções normativas emitidas pela ANEEL podem afetar diversos fatores das atividades da Companhia, como suas tarifas, indicadores de qualidade e penalidades. Por exemplo, recentemente a ANEEL sinalizou a criação de um índice de qualidade adicional, relacionado à satisfação do consumidor, de acordo com o qual as distribuidoras terão que cumprir metas mínimas pré-estabelecidas, sob risco de imposição de penalidades.

O efeito de futuras resoluções da ANEEL e/ou futuras reformas no setor da energia são difíceis de prever, podendo ter impacto adverso sobre nossos negócios, resultado operacional e capacidade de acesso aos mercados financeiros.

A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL se não cumprir com as obrigações relevantes contidas em seus contratos de concessão, o que pode acarretar multas e outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, a caducidade de suas concessões.

As atividades de distribuição de energia elétrica são realizadas de acordo com contratos de concessão firmados com o Poder Concedente por intermédio da ANEEL, os quais têm término previsto entre 2015 e 2028, e são renováveis a critério da ANEEL, mediante sua solicitação. Com base nas disposições de seus contratos de concessão e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades se descumprir qualquer disposição dos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- advertência;
- multas por descumprimento que, dependendo da gravidade da infração, variam de 0,01% a 2% sobre o valor do faturamento correspondente aos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração;
- embargo à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamento existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões;
- intervenção da ANEEL na administração das distribuidoras ou geradoras na hipótese de descumprimento dos termos e condições do contrato de concessão; e
- término antecipado das concessões na hipótese de descumprimento dos termos e condições do contrato de concessão.

Além disso, o Poder Concedente tem o poder de terminar suas concessões de distribuição antes dos respectivos prazos finais em caso de falência ou dissolução das concessionárias, ou por meio de encampação, quando necessário para atender ao interesse público.

Caso quaisquer dos contratos de concessão da Companhia sejam extintos por qualquer violação futura, a Companhia não poderá operar seus negócios de distribuição ou geração de energia objeto do contrato de concessão extinto. Além disso, caso a ANEEL extinga quaisquer de seus contratos de concessão antes do término

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de seus prazos, o pagamento a que a Companhia terá direito quando do término de suas concessões por investimentos não amortizados poderá não ser suficiente para liquidação total dos seus passivos, e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se os contratos de concessão terminarem por sua culpa, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa com a imposição de multas ou outras penalidades. Além disso, os pagamentos a que a Companhia terá direito na hipótese de término antecipado de suas concessões poderão ser designados prioritariamente para pagamento de determinadas obrigações. A aplicação de multas ou penalidades ou o término antecipado de suas concessões poderão ter um efeito adverso significativo sobre sua condição financeira e resultado operacional.

As receitas operacionais da Companhia podem ser negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às suas tarifas.

As tarifas cobradas pela Companhia pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL em alguns aspectos.

Os contratos de concessão estabelecem que as tarifas de fornecimento podem ser atualizadas por meio de três mecanismos, (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica; e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A discricionariedade da ANEEL em alguns aspectos de rever nossas tarifas, bem como alterar os métodos utilizados nas revisões periódicas, gera substancial incerteza nas operações de seus negócios e pode resultar em tarifas de fornecimento de energia elétrica inferiores às pleiteadas pelas suas distribuidoras.

Não é possível assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que permitam o repasse aos consumidores todos os aumentos de custo. Além disso, na medida em que quaisquer desses ajustes não forem concedidos pela ANEEL em tempo hábil, como ocorreu em 2001 e 2002 em virtude do racionamento, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Em função da aquisição da ENERSUL em 11 de setembro de 2008, as demonstrações financeiras da Companhia possuem comparabilidade limitada.

As operações, instalações e equipamentos da Companhia, estão sujeitos a ampla regulamentação de segurança do trabalho, ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosas no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

A atividade de distribuição da Companhia está sujeita a uma abrangente legislação ambiental no âmbito federal, estadual e municipal, bem como a fiscalização por agências governamentais responsáveis pela implementação de leis e políticas de saúde, ambientais e de segurança do trabalho. As disposições destas legislações incluem, entre outras, a obrigação de cumprir com padrões ambientais, obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários a nossas operações. As regras são complexas e podem mudar com o tempo, dificultando ou até mesmo impossibilitando a capacidade da Companhia de cumprir as exigências aplicáveis, o que impediria as operações atuais ou futuras de geração e distribuição. Pessoas físicas, organizações não governamentais e o público em geral tem o direito de comentar e, de outra forma, acompanhar o processo de licenciamento, podendo inclusive propor medidas judiciais para suspendê-lo ou cancelá-lo, ou incitar as autoridades públicas para que o façam.

Independentemente do dever de reparar ou indenizar eventuais danos causados, o descumprimento dessas obrigações pode acarretar, entre outras consequências, a aplicação de sanções de natureza criminal contra a Companhia e seus administradores, além de penalidades administrativas tais como o pagamento de multas, a revogação de licenças ou a paralisação das obras.

A Companhia é objetivamente responsável por quaisquer danos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia e as coberturas de seguro por ela contratadas podem não ser suficientes para ressarcir esses danos integralmente.

De acordo com a lei brasileira, a Companhia é objetivamente responsável por danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de eletricidade como interrupções abruptas ou distúrbios oriundos dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, como o ocorrido em 10 de novembro de 2009. A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios em seus respectivos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, sempre que essas interrupções ou distúrbios não forem atribuíveis a um integrante identificado do

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ONS. As responsabilidades oriundas dessas interrupções ou distúrbios que não são cobertas por apólices de seguro da Companhia ou que excedam os limites de cobertura podem resultar em custos adicionais significativos e prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

A cobertura de seguro da Companhia pode não ser suficiente para cobrir eventuais perdas.

As apólices de seguro podem não ser suficientes para cobrir totalmente todas as responsabilidades em que a Companhia possa incorrer no curso habitual dos seus negócios. Adicionalmente, a Companhia não contrata seguro de interrupção de fornecimento de energia. Além disso, pode ser que a Companhia não seja capaz de obter, no futuro, seguro ou, se obtiver, pelos mesmos termos que os atuais. Os resultados das suas operações podem ser prejudicados pela ocorrência de acidentes que resultem em danos em relação aos quais não esteja totalmente coberta nos termos das suas apólices de seguro em vigor.

O projeto de reforma das agências reguladoras em tramitação no Congresso Nacional pode afetar a competência da ANEEL, o que poderá afetar a Companhia adversamente.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e (ii) de ouvidoria nas agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República. Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, por outro lado, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09 (conversão, em lei, da Medida Provisória nº 449/08), que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matérias contábeis, em vigência desde 1º de janeiro de 2008. Essa Lei tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes no IFRS e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, emitidos por entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, sejam adotadas, no todo ou em parte, pela CVM. Parte desta regulamentação ou legislação já foi aprovada. As mudanças que entraram em vigor em 2008 foram refletidas nos exercícios de 2007 e 2008 nas demonstrações financeiras da Companhia e estão descritas na nota explicativa nº 3 de suas demonstrações financeiras auditadas e revisadas.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO A RISCOS RELEVANTES:

A Companhia monitora, constantemente, os riscos do negócio que possa impactar de forma adversa as operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Administra-se de forma conservadora a posição de caixa e o capital de giro. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos mencionados riscos na seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**4.3. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, SÃO RELEVANTES PARA SEUS NEGÓCIOS E NÃO ESTÃO SOB SIGILO:**

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era parte em aproximadamente 3.443 ações judiciais e processos administrativos relacionados a matérias cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e regulatórias, os quais representavam um provisionamento em seu balanço, o valor total de R\$ 74.596 mil para fazer face às perdas prováveis, bem como havia, na data citada, depósitos judiciais no montante de R\$ 77.305 mil, conforme resumo abaixo:

Contencioso Trabalhista	
Nº de processos	616
Provisionamento	R\$ 19.967 mil
Depósitos Judiciais	R\$ 20.592 mil
Contencioso Cível	
Nº de processos	2761
Provisionamento	R\$ 8.778 mil
Depósitos Judiciais	R\$ 3.779 mil
Contencioso Fiscal	
Nº de processos	66
Provisionamento	R\$ 45.851 mil
Depósitos Judiciais	R\$ 52.934 mil

Não foram considerados relevantes para menção neste Formulário os processos administrativos e judiciais de natureza fiscal que estão suspensos em razão de desistência para inserção dos débitos respectivos no parcelamento instituído pela Lei 11.941/09 ou incluídos em parcelamentos anteriores e migrados para o parcelamento da citada lei.

Na seqüência, destacamos os processos relevantes da Companhia:

Processo nº 023.94.036971-1	
juízo	5ª Vara Cível de Florianópolis
instância	1ª Instância
data de instauração	01/12/1994
partes no processo	Autor: Eletrosul S/A Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	(VALOR DA CAUSA) R\$ 16.946.180,53 Cobrança de Suprimento de Energia e Transporte de Potência.
principais fatos	O Juízo fixou os honorários em caso de pronto pagamento em 10% sobre o valor da causa. Não houve pagamento imediato. O débito foi negociado posteriormente e a Empresa pagou a dívida e em conjunto pediram a homologação do acordo realizado. Não constou no acordo por qual forma se daria o pagamento dos honorários, ou seja, se cada Parte arcaria com os honorários de seus respectivos Advogados. Aguarda-se a homologação.
chance de perda é:	POSSÍVEL

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de homologação do acordo haverá a fixação de honorários advocatícios, que em razão do valor da causa e se fixados em torno do mínimo legal (10%) e pelo lapso de tempo implicará em um desembolso do valor de, até o momento e aproximadamente, R\$ 17.000.000,00
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo nº 001.08.015053-6	
juízo	Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul
instância	2ª Instância
data de instauração	24/11/2009
partes no processo	Autor: IDEPT - Instituto Direito e Educação para Todos Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	(VALOR DA CAUSA) R\$ 360.000.000,00
principais fatos	Revisão tarifária 2003. Pretende a devolução em dobro dos valores cobrados em excesso dos consumidores de energia elétrica em razão do erro verificado no dimensionamento dos ativos da concessionária tarifariamente remuneráveis na Revisão Tarifária de 2003. Pede pagamento de Danos Materiais e Morais. Pede ainda a Antecipação de Tutela e impedimento de corte.
chance de perda é:	REMOTA
análise do impacto em caso de perda do processo	Mesmo que a Enersul não obtenha sucesso na ação, três razões levam ao entendimento de que não haverá nenhum impacto financeiro significativo, quais sejam: (i) há uma anterior ação civil pública, em curso na Justiça Federal e distribuída no ano de 2003, cujo objeto é o mesmo desta ACP; (ii) por determinação da ANEEL, a Enersul está promovendo a devolução, via tarifa, dos valores indevidamente cobrados, sendo que referida devolução haverá de ocorrer em 36 meses, o cujo prazo findará em abril/2011; (iii) há diversas ações individuais, em curso, que, se julgadas procedentes, irão reduzir o valor a ser devolvido nesta ACP.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo nº001.08.036711-0	
juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande
instância	2ª Instância

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

data de instauração	05/08/2008
partes no processo	Autor: IDEPT - Instituto Direito e Educação para Todos Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	(VALOR DA CAUSA) R\$ 600.000.000,00 Universalização
principais fatos	Pede indenização das Redes elétricas particulares Urbanas e Rurais dos consumidores sul matogrossenses que foram incorporadas pela Empresa a título de Doação desde 1982 até o dia em que persistir o dano acrescido dos consectários legais e multa de 5%. Pede ainda lucros cessantes e danos morais a serem arbitrados pelo Juízo.
chance de perda é:	POSSÍVEL
análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da ação, os impactos financeiros serão mitigados pelos seguintes fatores: (i) quanto aos danos morais, o pedido foi indeferido em 1ª instância, devendo ser mantido em 2ª instância e tribunais superiores, dada a solidez da fundamentação da sentença; (ii) há inúmeras ações individuais cujo objeto é idêntico ao da presente ACP;
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo nº001.09.025467-9	
juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	28/05/2009
partes no processo	Autor: IDEPT - Instituto Direito e Educação para Todos Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	(VALOR DA CAUSA) R\$ 5.000.000,00
principais fatos	Descumprimento da Res. 456 - não estaria fazendo leitura no 4º ciclo (Consumidor Rural). Cobra com base na média de 12 meses sem autorização expressa dos consumidores. Pede para apresentar todas as ocorrências, a devolução em dobro das quantias cobradas a maior do que o mínimo e danos morais.
chance de perda é:	REMOTA

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haverá condenação quanto à devolução de valores cobrados, supostamente, de forma irregular, dos últimos 5 anos. A apuração de valores somente se dará em fase de liquidação, dada a complexidade relativa ao levantamento de informações e fixação dos parâmetros do cálculo, a serem determinados pelo juízo.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo nº2003.60.00.008192-9	
juízo	4ª Vara Federal de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	27/06/2003
partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	(VALOR DA CAUSA) R\$ 659.000.000,00 Revisão tarifária de 2003
principais fatos	Pede a anulação da Resolução ANEEL nº 167 de 07.04.03 que fixou o índice de reposicionamento tarifário da Enersul, e em seu lugar, fixar outro índice que não o IGP-M para o reposicionamento tarifário. Pede ainda que não permita que a ANEEL autorize outro aumento tarifário enquanto pendente a ação. Pede a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente dos consumidores com as correções de estilo.
chance de perda é:	REMOTA
análise do impacto em caso de perda do processo	Mesmo que Enersul não obtenha êxito na ação, os impactos financeiros serão mínimos, por dois motivos principais: (i) por determinação da ANEEL, a Enersul está promovendo a devolução, via tarifa, dos valores indevidamente cobrados, sendo que referida devolução haverá de ocorrer em 36 meses, cujo prazo findará em abril/2011; (ii) há diversas ações individuais, em curso, que, se julgadas procedentes, irão reduzir o valor a ser devolvido nesta ACP
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº0096500-78.2007.5.24.0006 (nº antigo: 965/2007-006-24-00-4)	
juízo	6ª Vara do Trabalho de Campo Grande
instância	TST
data de instauração	17/08/2007
partes no processo	Autor: Sinergia/MS Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	(VALOR DA CAUSA) R\$ 10.000.000,00
principais fatos	Declara o Sindicato-autor que a Reclamada não concedeu aumento por mérito a todos os empregados substituídos desde Setembro de 1990, bem como não promoveu a promoção compulsória devida a partir de 1992, consoante o disposto no item 4.10 do regulamento interno (Norma Pessoal nº 212)
chance de perda é:	POSSIVEL
análise do impacto em caso de perda do processo	Dado que a ação foi julga improcedente em primeiro grau, sendo mantida a decisão em segundo grau, e em face da fundamentação das decisões ser sólida, a probabilidade de referidas decisões serem reformadas nos tribunais superiores é quase nula.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo nº 001.09.068779-6	
juízo	Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	21/12/2009
partes no processo	Autor: ADEC - Associação de Defesa dos Consumidores Réus : Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Foi atribuído à causa o valor de R\$ 45.624.660,00 Repasse do pagamento de PIS/COFINS aos consumidores.
principais fatos	A Autora pretende que seja declarada a ilegalidade e inconstitucionalidade dos repasses dos encargos financeiros relativos ao PIS e COFINS nas contas de energia elétrica dos consumidores do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como seja a Ré condenada à restituição em dobro dos valores relativos aos referidos repasses ocorridos no curso desta ação e nos 5 (cinco) anos anteriores à sua propositura devidamente corrigidos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

chance de perda é:	Remota. Só há decisões monocráticas do Superior Tribunal de Justiça, com fundamento em precedente de empresa de telecomunicação, que se sujeita a normas tributárias e regulatórias distintas do setor de energia elétrica.
análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso dos valores pleiteados na ação.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo Administrativo nº 35.686.252-6 (Proc-Adm INSS a1254-2)	
Juízo	Instituto Nacional do Seguro Social
instância	Administrativa
data de instauração	16/12/2005
partes no processo	Notificante: Instituto Nacional do Seguro Social Notificada: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	Valor histórico total: R\$ 9.242.537,59
principais fatos	Notificação Fiscal de Lançamento de Débito referente ao período de Jan/99 a Ago/05 em virtude de ter deixado de recolher a Contribuição Previdenciária incidente sobre a Participação dos Resultados da Empresa, Seguro de Vida em Grupo, Vale Transporte, Reembolso PDE (Incentivo a Educação Formal), Bônus pago aos dirigentes e Retenção em Notas Fiscais de Serviços.
chance de perda é:	POSSÍVEL
análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de improcedência do recurso administrativo será proposta ação judicial.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo Administrativo nº10140.000647/00-18 (RV 119.464 - REsp 201-119464)	
juízo	Delegacia da Receita Federal de Campo Grande-MS
instância	Administrativa
data de instauração	12/04/2000
partes no processo	Impugnante: Enersul S/A Impugnado : Delegado da Receita Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de suposta insuficiência de recolhimento da COFINS no período compreendido entre 30.04.1992 e 30.04.1994. O principal argumento de defesa invocado respeita ao decurso de prazo de decadência de cinco anos. Valor histórico total: R\$ 8.444.448,87
principais fatos	A Enersul impetrou o Mandado de Segurança nº 2008.60.00.000401-5, que tramitou perante a 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, que transitou em julgado em 27/11/08 com decisão que reconheceu a decadência dos débitos exigidos em referido. Aguarda-se apenas o processamento da cancelamento de débitos exigidos no processo administrativo.
chance de perda é:	remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Não haverá qualquer impacto financeiro, haja vista que na decisão, já transitada em julgado, proferida nos autos do Mandado de Segurança 2008.60.00.000401-5, o qual tramitou na 2ª Federal de Campo Grande-MS, houve a declaração de decadência dos créditos da COFINS discutidos no processo administrativo. Aguarda-se apenas o processamento da baixa dos débitos no processo administrativo.
valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo nº 2000.03.00.009505-7	
juízo	3º Tribunal Regional Federal de São Paulo
instância	Competência originária do tribunal
data de instauração	25/02/2000
partes no processo	Autor: União Federal Ré: Enersul
valores, bens ou direitos envolvidos	O objetivo dessa ação é desconstituir o acórdão do TRF da 3ª Região nº 97.03.046445-9 que julgou inconstitucional a cobrança de alíquota de FINSOCIAL maior que 0,5% no período compreendido entre os meses de julho/1991 e março/1992. Valor histórico total: R\$ 5.196.490,20.
principais fatos	O acórdão que a União pretende desconstituir já teve ação rescisória 1607-1 que reconheceu a Enersul como empresa comercializadora e julgou inconstitucionais todas as majorações do Finsocial. A empresa já apresentou manifestação nos autos da ação rescisória 2000.03.00.009505-7 informando sobre a decisão do STF transitada em julgado proferida nos autos da rescisória ajuizada pela própria empresa.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

chance de perda é:	Remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Devido à existência de decisão anterior proferida na ação rescisória ajuizada pela empresa, a possibilidade de perda do processo é remota.
valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 97.0005217-6	
juízo	2ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande
instância	1ª Instância
data de instauração	26/09/1997
partes no processo	Autor: Enersul S/A Réu: União Federal
valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de medida cautelar ajuizada com o objetivo de efetuar depósitos judiciais para ter reconhecida em ação ordinária a imunidade das operações de energia elétrica ao PIS. Valor histórico total dos depósitos: R\$ 87.652.023,38. Foram efetuados depósitos referentes aos meses de novembro/97 a março de 2006.
principais fatos	A ação declaratória 97.0005924-3 foi julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Nesse passo, foi manifestado pedido de conversão em renda dos depósitos efetuados nos autos da medida cautelar.
chance de perda é:	remota
análise do impacto em caso de perda do processo	Não haverá qualquer impacto financeiro, haja vista a existência de depósitos judiciais que apenas aguardam a conversão em renda dos depósitos.
valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. IMPACTOS EM CASO DE PERDA E VALORES ENVOLVIDOS EM PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE:

Não aplicável pois a Companhia não apresenta processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE:

A Companhia apresenta os processos relevantes no item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES:

A Companhia não possui outras contingências relevantes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS:

A Companhia é de origem nacional, logo este item não se aplica.

a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável à Companhia.

b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável à Companhia.

c) hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável à Companhia.

d) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável à Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. RISCOS DE MERCADO A QUE A COMPANHIA ESTÁ EXPOSTA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXA DE JUROS:

Risco Cambial

A Companhia possui exposição cambial em dólar norte-americano, pois uma parte de sua dívida financeira bruta e alguns passivos estão denominados em dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2009, cerca de 2,2%, ou R\$ 15,1 milhões (inclusive juros acumulados), de seu endividamento estavam denominados em dólar norte-americano. Além disso, a Companhia está sujeita a risco de fluxo de caixa associado a seus contratos com Itaipu, que estão denominados em dólar norte-americano. Embora ela repasse os custos de eletricidade comprada aos seus clientes, as variações cambiais que a Companhia paga nesses contratos são cobertas pela conta de CVA, cujo saldo é pago apenas uma vez ao ano em seus reajustes tarifários anuais.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha um instrumento derivativo pois tal dívida é referente a títulos do Governo Federal, contratados pelas distribuidoras antes das respectivas privatizações, tendo prazo de vencimento até 2024.

Risco de Taxa de Juros

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha aproximadamente R\$ 684,8 milhões de empréstimos e financiamentos em aberto em moeda nacional (inclusive juros de curto prazo acumulados) e R\$ 28,3 milhões de ativos regulatórios sujeitos a juros com base na taxa CDI e SELIC respectivamente. A Companhia investe também em seus excedentes de liquidez principalmente em instrumentos a juros variáveis vinculados à taxa CDI. O saldo de aplicações da Companhia em 31 de dezembro de 2009 totalizava R\$ 104,3 milhões.

Um eventual aumento de cada ponto percentual na taxa de juros do endividamento total da Companhia resultaria em um aumento de aproximadamente R\$ 6,9 milhões de suas despesas financeiras líquidas para o período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Outros Riscos aos quais a Companhia está exposta

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem nos afetar adversamente.

O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não se tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não há como prevê-las. Os negócios da Companhia a situação financeira, o resultado de das operações e as perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- política fiscal;
- risco de preço;
- risco hidrológico
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e pode aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar adversamente.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os negócios da Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Por exemplo, o Real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao Dólar, embora o Real tenha valorizado 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao Dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 32% frente ao Dólar, tendo fechado em R\$2,336 por US\$1,00 em 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2009, com a recuperação do país frente à crise, observou-se a valorização de 33,8% da moeda brasileira frente ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,7404 por US\$1,00. Não podemos garantir que o Real não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente.

A eventual desvalorização do Real em relação ao dólar aumentará os custos das obrigações da Companhia em moeda estrangeira, particularmente suas obrigações de compra de energia de Itaipu, um dos maiores fornecedores da Companhia, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Uma grande desvalorização do Real pode afetar de forma significativa a liquidez e fluxo de caixa da Companhia no curto prazo. A desvalorização do Real também cria pressão inflacionária que pode nos afetar negativamente. Usualmente, a desvalorização do Real limita o acesso da Companhia aos mercados de capitais internacionais e pode favorecer a intervenção do estado na economia, incluindo a imposição de políticas recessivas.

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de aumentos nas taxas de inflação, de juros e flutuações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2009, 97,8%, ou R\$ 660,9 milhões, do endividamento total da Companhia (incluindo os juros vencidos) estavam denominados em reais e remunerados às taxas de mercado financeiro brasileiro, a taxas de inflação ou a taxas de juros flutuantes. Nesta mesma data, 2,2%, ou R\$ 13,6 milhões, do endividamento total da Companhia (incluindo os juros vencidos) estavam denominados em moeda estrangeira e remunerados a taxas de mercado internacionais ou a taxas de juros flutuantes. Um aumento nas taxas de juros brasileiras ou internacionais ou uma valorização do dólar em relação ao real, acarretará um aumento das despesas financeiras e operacionais da Companhia e, conseqüentemente, a sua situação financeira e os seus resultados operacionais poderão ser afetados adversamente.

O aumento ou a manutenção de elevadas taxas de juros reais pode causar um efeito adverso à economia brasileira e à Companhia.

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente os negócios da Companhia. Durante o ano de 2002, o Banco Central aumentou a taxa de juros base do Brasil, de 19% para 25%, como resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, como também do menor nível de crescimento da economia dos EUA e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. Durante o ano de 2003, o Banco Central reduziu a taxa de juros base do Brasil de 25,5% para 16,5%, refletindo um período favorável e taxas de inflação em linha com a política de metas de inflação do Banco Central. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo Banco Central das taxas de juros de curto prazo, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, as taxas de juros de curto prazo foram 18,00%, 13,25%, 11,25%, 13,75% e 8,75% ao ano, respectivamente.

Taxas de juros reais elevadas, se mantidas por um período relevante de tempo, tendem a inibir o crescimento econômico e em conseqüência a demanda agregada. Uma redução do nível de atividade tende a reduzir o

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

consumo industrial de energia elétrica tendo potencial de afetar, no longo prazo, os preços de venda de energia elétrica. Neste contexto, futuros investimentos que, devido ao seu estágio inicial, ainda não tenham tido sua energia futura vendida em contratos de longo prazo poderiam obter preço de venda de sua produção futura inferior ao atualmente esperado reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros.

A inflação e os esforços do governo brasileiro de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que pode nos afetar adversamente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo IGPM caiu de 20,10% em 1999 para 1,7% em 2009, e o índice anual de preços, por sua vez, conforme medida pelo IPCA, caiu de 8,9% em 1999 para 4,3% em 2009. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2006, 2007, 2008 e 2009 foram de 13,25%, 11,25%, 13,75% e 8,75% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.

Eventuais futuras medidas do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos dos clientes e pagadores da Companhia para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custos da Companhia, o que poderá resultar em aumento dos custos da Companhia e afetá-la adversamente.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente, os Estados Unidos e a Europa. Embora a conjuntura econômica desses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como nos afetar adversamente.

O resultado das eleições presidenciais que ocorrerão em outubro de 2010 poderá afetar a economia brasileira e, por consequência, a situação financeira da Companhia.

O Presidente do Brasil tem poder suficiente para determinar políticas e ações governamentais relativas à economia do país e, conseqüentemente, afetar as operações e resultados financeiros de empresas brasileiras como a Companhia. O presidente poderá modificar as políticas governamentais já existentes, e o novo governo, poderá buscar a implementação de novas políticas. Não podemos prever quais políticas serão

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia brasileira, os negócios e situação financeira da Companhia.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade e afetar adversamente os preços da energia gerada da Companhia, podendo impactar, conseqüentemente, seu resultado financeiro. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade se ocorrerem aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações e atividades.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5".

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	01/01/1979
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anonima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/08/1981

6.3 - Breve histórico

6.3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA:

Em 1º de janeiro de 1979, o governo do Estado de Mato Grosso do Sul autorizou a criação da Enersul, por meio do decreto-lei n.º 10, retificado pelo decreto-lei n.º 46, de 06 de janeiro de 1979. O Decreto Estadual n.º 72, de 26 de janeiro de 1979, criou a Companhia para distribuir a energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul.

Em 24 de setembro de 1997, iniciou-se o processo de privatização da Companhia, com a abertura de audiência pública a fim de dar conhecimento, informar e esclarecer a opinião pública sobre as condições gerais da desestatização, tendo sido publicado, em 21 de outubro de 1997, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, o Edital de Alienação.

Na privatização, foi alienado 61,36% das ações do capital social equivalente a 84,21% do capital votante que pertenciam ao Estado de Mato Grosso do Sul e às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. O leilão de privatização da Enersul foi realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no dia 19 de novembro de 1997, sendo o lance vencedor apresentado pela Magistra, no valor de R\$ 625.555 mil, correspondendo a um ágio de 83,80% sobre o preço mínimo. Em 31 de dezembro de 1999, a Magistra detinha 87,86% das ações ordinárias e 65,20% do total de ações do capital social da Enersul.

Na privatização, também foi ofertado aos empregados 6% do capital social, equivalente a 7,68% do capital votante, ao preço total de R\$ 10.285 mil com deságio de 70% do valor econômico mínimo por ação. Os empregados adquiriram 4,62% do capital social e a sobra de 1,38% foi arrematada pela Fundação Enersul, conforme previa o edital de desestatização da Enersul.

Em 1998, a Enersul, por meio do consórcio formado entre a e a DM Construtora de Obras Ltda, ingressou no empreendimento de construção da Costa Rica Energética Ltda., uma usina hidrelétrica com potência instalada de 16 MW que iniciou suas operações, em caráter experimental, no mês de setembro de 1998. Atualmente, a Costa Rica é controlada pela Energest, controlada direta da Energias do Brasil S.A..

A administração da empresa foi regulada por um acordo de acionistas celebrado na data da privatização, que vigorou até setembro de 2002.

A partir de outubro de 2002, com o término do acordo de acionistas, os acionistas controladores da Energias do Brasil adquiriram o controle exclusivo da Escelsa e da Enersul. Para todos os períodos a partir de outubro de 2003 até o início de 2004, a Energias do Brasil, em conjunto com a Escelsa e a Enersul estiveram sob o controle conjunto dos acionistas controladores da Energias do Brasil.

Em 19 de abril de 2004, as administrações da Energias do Brasil e suas controladas, Bandeirante, Iven, Escelsa e Enersul, protocolaram, na ANEEL, o pedido de autorização prévia para realização de reorganização societária, objetivando, simplificar a estrutura societária dessas companhias e capturar sinergias. Essa reorganização societária englobou: (i) a incorporação pela Enersul do investimento e ágio registrado na sua controladora direta; (ii) a incorporação da Iven pela Escelsa; (iii) a incorporação pela Escelsa das ações da Enersul, não detidas pela incorporadora; e (iv) a incorporação pela Energias do Brasil das ações da Escelsa e da Bandeirante, não detidas pela incorporadora.

Em 25 de abril de 2005, por meio da Resolução Autorizativa n.º 164, a ANEEL anuiu a proposta da reorganização societária das concessionárias Enersul, Escelsa e Bandeirante mencionada acima. Conforme fato relevante publicado pela Energias do Brasil no dia 14 de junho de 2005 no Jornal "Valor Econômico", foi celebrado, no dia 13 de junho de 2005, o Instrumento de Justificação e Protocolo de Cisão Parcial e de Incorporação de Acervo Cindido e de Sociedades com as suas controladas Escelsa, Enersul, CESA, Energest, Magistra, Ochola Participações Ltda. e ENERCORP – Serviços Corporativos Ltda., que contemplava os seguintes atos necessários à desverticalização das atividades dessas companhias, em atendimento à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico: (a) segregação das atividades de distribuição e geração da Escelsa e da Enersul; e (b) organização horizontal de suas controladas, com decorrente maior transparência na divulgação e apuração do resultado da Energias do Brasil.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS:

Em 18 de junho de 2008, conforme divulgado em fato relevante publicado no mesmo dia, a REDE e a Energias do Brasil celebraram Instrumento Particular de Compromisso de Permuta de Ativos e Outras Avenças (“Permuta de Ativos”), segundo o qual (i) a Companhia e a Rede Power se obrigaram a transferir à Energias do Brasil a totalidade de suas participações societárias nas sociedades Rede Lajeado, Tocantins Energia e Investco, e, (ii) a Energias do Brasil se obrigou a transferir à REDE a totalidade da sua participação societária na ENERSUL.

A operação foi concluída e as participações societárias efetivamente permutadas em 11 de setembro de 2008, após obtenção das aprovações necessárias da ANEEL e do BNDES, de modo que, após essa data, a REDE passou a controlar a ENERSUL e a Energias do Brasil passou a deter o controle da Investco, da Tocantins Energia e da Rede Lajeado.

A tabela a seguir indica a distribuição do capital social da Companhia antes da referida operação:

ACIONISTA	ON	%	TOTAL	%
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A	53.137.012.348	100,00	53.137.012.348	100,00
TOTAL GERAL	53.137.012.348	100,00	53.137.012.348	100,00

Capital Social: R\$463.412.296,25 (Assembléia Geral Extraordinária de 30.06.2005)

A seguir indicamos a distribuição do capital social da Companhia após a referida operação, tendo sido observado o direito de preferência dos demais acionistas da EDP – Energias do Brasil S.A:

ACIONISTA	ON	%	TOTAL	%
REDE ENERGIA S.A	29.851.213.653	56,18	29.851.213.653	56,18
REDE POWER DO BRASIL S.A	23.243.342.380	43,74	23.243.342.380	43,74
Outros	42.456.315	0,08	42.456.315	0,08
TOTAL GERAL	53.137.012.348	100,00	53.137.012.348	100,00

Capital Social: R\$463.412.296,25 (Assembléia Geral Extraordinária de 30.06.2005)

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 INDICAR SE HOUE PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DO EMISSOR, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS:

Até a presente data, não foi protocolado nenhum pedido requerendo a nossa falência e/ou nossa recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "6".

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS:

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica.

A Companhia tem como foco: (i) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (iii) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (iv) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; e (v) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Seguros

Nossos contratos de seguros são estabelecidos com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por importâncias seguradas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre nossos ativos e responsabilidades. Nós acreditamos que nossa cobertura de seguro está dentro dos padrões do mercado segurador aplicados ao setor elétrico.

Nossas distribuidoras não possuem cobertura de seguro contra risco de interrupção das operações comerciais, por acreditarem que o risco de interrupção de grandes proporções não justifica os prêmios. Também estão excluídos da cobertura de seguros os riscos de roubo e atos terroristas.

Programas Sociais

Além de distribuir e produzir energia elétrica de forma segura, confiável e responsável em termos ambientais, a Companhia investe nas comunidades onde a Companhia opera. A Companhia está comprometida com o desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros dessas comunidades, tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Seguem abaixo exemplos dos programas socioambientais da Companhia:

- *Rede Atletismo*. O projeto Rede Atletismo é uma iniciativa da Fundação Aquarela, entidade sem fins lucrativos, apoiada pela Companhia, que tem por objetivo formar e revelar talentos esportivos. Em Bragança Paulista, interior de São Paulo, numa área de 220.000 m², está sendo construído o Centro Nacional de Excelência Esportiva (CNEE) – REDE Atletismo.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor:

a) Controladores diretos e indiretos

Rede Power do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF nº inscrita no CNPJ/MF nº 00.412.685/0001-83;

Rede Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49;

Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 60.876.075/0001-62;

Denerge – Desenvolvimento Energético S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 45.661.048/0001-89;

BBPM - Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 58.890.112/0001-45;

JQMJ – Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 54.445.853/0001-66; e

Jorge Queiroz de Moraes Junior, inscrito no CPF/MF nº 005.352.658-91

b) Controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas e coligadas.

c) Participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participações em sociedades do grupo.

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

Nenhuma das sociedades do grupo possui qualquer participação no capital social da Companhia, exceto conforme disposto no item “a” acima

e) Sociedades sob controle comum

Rede Energia:

Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (“CELPA”), inscrita no CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80;

QMRA – Participações S.A (“QMRA”), inscrita no CNPJ/MF nº 02.139.940/0001-91;

Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (“CEMAT”), inscrita no CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99;

Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS (“CELTINS”), inscrita no CNPJ/MF nº 25.086.034/0001-71;

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul – ENERSUL (“ENERSUL”), inscrita no CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50;

Caiuá – Distribuição de Energia S.A. (“CAIUÁ”), inscrita no CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20;

Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A (“EDEV”), inscrita no CNPJ/MF nº 07.297.359/0001-11;

Empresa Elétrica Bragantina S.A (“EEB”), inscrita no CNPJ/MF nº 60.942.281/0001-23;

Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), inscrita no CNPJ/MF nº 61.416.244/0001-44;

Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), inscrita no CNPJ/MF nº 77.882.504/0001-07;

Rede Power do Brasil S.A (“REDE POWER”), inscrita no CNPJ/MF nº 00.412.685/0001-83;

Tangará Energia S.A (“TANGARÁ”), inscrita no CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96;

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Rede Comercializadora de Energia S.A (“REDE COM”), inscrita no CNPJ/MF nº 04.169.257/0001-22;

Rede Eletricidade e Serviços S.A (“REDE SERV”), inscrita no CNPJ/MF nº 60.876.075/0001-6203.455.071/0001-77; e

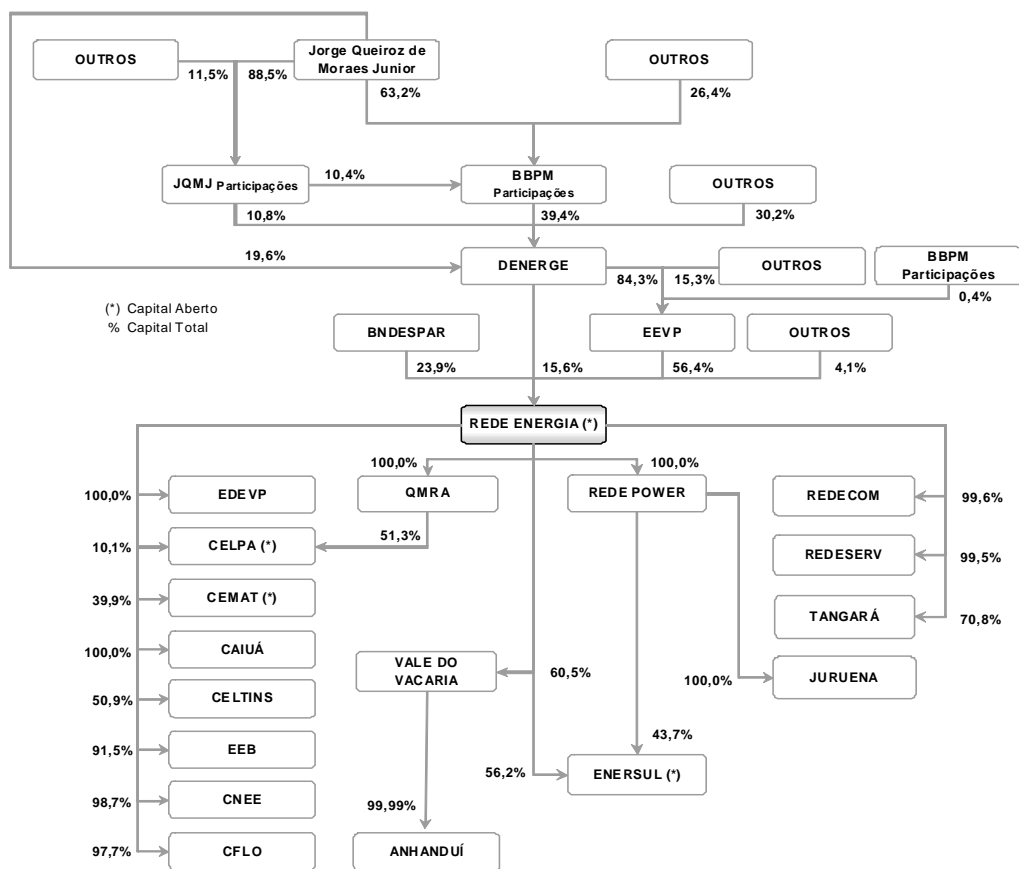
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A (“VALE DO VACARIA”), inscrita no CNPJ/MF nº 60.876.075/0001-6208.302.102/0001-73.

REDE POWER:

Juruena Energia S.A (“JURUENA”), inscrita no CNPJ/MF nº 07.283.842/0001-47.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO:



(*) Companhias de capital aberto.

(**) Percentual do BNDSPAR, EEVP e Outros referem-se à participação no capital total da Companhia e não apenas no capital votante.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia apresentou a operação de reestruturação em detalhe no item 6.5 deste formulário.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "8".

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "9".

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul ("Enersul" ou "Companhia") tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul em que no exercício 2009 a receita bruta é composta por 96,7 % de clientes cativos.

A diretoria entende que a companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,7% em 2007, de 5,1% em 2008 e uma queda de 0,2% em 2009, não obstante a conjuntura mundial adversa que levou a resultados bem mais negativos em outros países nesse ano. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu, considerando o último dia de cada ano, de 18,5% em 2005, para 13,2% em 2006, 11,2% em 2007, 13,7% em 2008 e 8,7% em 2009.

A Companhia opera predominantemente nas regiões Centro-Oeste e o crescimento econômico nessas regiões pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia nos Estados do Mato Grosso do Sul aumentou em 6,7% ao ano quando comparamos 2008 com 2009. A Companhia teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de -1,1% no mesmo exercício. Além disso, a Companhia acredita que esse estado tem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo os Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$49,6 bilhões, dos quais R\$14,2 bilhões serão destinados aos Estados do Tocantins até 2010, distribuídos nos setores de logística, energia, e social e urbano.

A administração acredita que a Companhia tem condições financeiras para arcar com suas despesas financeiras e pagar seu respectivo endividamento. Adicionalmente, a diretoria acredita que a geração de lucro no valor de R\$ 20,3 milhões no exercício encerrado em dezembro de 2009, mostra que os resultados operacionais da Companhia aprimoraram-se frente a 31/12/2008.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

O capital social da Companhia é de R\$ 533.468.270,74 (quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentas e setenta reais e setenta e quatro centavos), representado por 58.441.068.563 (cinquenta e oito bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões, sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral: (a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; (b) aprovar o resgate de ações, sujeito apenas à aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações ordinárias.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2007	2008	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures	560,2	605,2	676,0
Total de Disponibilidade(1)	28,3	148,2	104,3
Dívida Líquida(2)	531,9	458,0	571,7

(1) Disponibilidades é a soma dos itens "numerário disponível" e "aplicações no mercado aberto".

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: Eletrobrás e capital de juros. A Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização concatenados com o retorno dos investimentos. O capital de juros foi feito por uma condição muito vantajosa para empresa tanto na taxa como na amortização.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas.

- i. **Contratos de empréstimos e financiamento relevante.**
- ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$ 605,2 milhões em 2008 para R\$ 676,0 milhões em 2009, representando um aumento de 11,5% (R\$ 69,8 milhões).

O saldo dos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida passou de R\$ 605,1 milhões em 2008 para R\$ 676,0 milhões em 2009, representando um acréscimo de 11,7%. Do total, 97,8% são dívidas em moeda nacional e 2,2% em moeda estrangeira e, 8,1% do endividamento financeiro é de curto prazo (vencimento em um ano) e 91,9% no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2007	2008	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	4,5	2,2	2,1
Moeda Nacional	51,1	31,0	52,8
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	16,1	19,3	13,0
Moeda Nacional	488,5	552,6	608,1
Total Geral	560,2	605,2	676,0

Financiamentos relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São demonstrado abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2009:

BNDES:

Contrato nº 1003269 e aditivos – assinado em outubro de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$ 20.574 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% ao ano, indexação da TJLP, e término em junho de 2012, com garantia em Recebíveis e nota promissória. Em outubro de 2008 este contrato foi aditado, incluindo como avalista a Rede Energia S.A. e o custo passou de 4,8% a.a. para 6,3% a.a. acima da TJLP.

Eletrobrás:

IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito) – recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Programa Luz no Campo – ECF nº 1.975/2000 no valor de R\$ 25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R\$ 1.500 relativo à 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho de 2015. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Programa Luz para Todos – ECFS nº 024-B/2005 no valor de R\$ 18.103, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em junho de 2016, com garantia em receita e nota promissória. ECFS nº 097-B/2007 Aditivo no valor R\$ 41.714, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em dezembro de 2018. ECF nº 2.480/2005 no valor de R\$ 893, a ser amortizado em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 7% ao ano e término em novembro de 2012. Todos os ECFs possuem garantia em receita e nota promissória. Além dos contratos citados acima temos também o ECFS- 225/2008 no valor de R\$ 25.100, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em outubro de 2020. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Banco do Brasil - FCO – contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000 a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,987% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco Bradesco S.A – contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro de 2008 no valor total de R\$ 550,0 milhões para honrar as dívidas declaradas vencidas antecipadamente ou que a Companhia deliberar pagar antecipadamente e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro de 2010 e a última em setembro de 2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março de 2009 a setembro de 2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o ano de 2009 foram amortizados R\$ 4,8 milhões.

Tesouro nacional:

Dívida de Médio e Longo Prazo - DMPL – contrato assinado em março de 1997, no valor de US\$ 14,6 milhões, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/1988 e nº 1.564/1989, do Conselho Monetário Nacional e seus normativos, inclusive as parcelas com vencimentos posteriores a dezembro de 1993, objeto de permuta por Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções nº 98/1992, nº 90/1993 e nº 132/1993, com atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis pela LIBOR semestral acrescidos de 7/8 e 13/16 de 1% ao ano e taxas fixas de 6% a 8% ao ano mais comissão de 0,2% ao ano, com amortizações semestrais e término em abril de 2024, com garantias em aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$676,0 milhões, assim segmentados: (i) R\$94,6 milhões ou 14,0% de garantias reais por meio de recebíveis; e (ii) R\$581,4 milhões ou 86,0% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A. ("Rede Power"). O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Bradesco

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida líquida financeira / EBITDA1 – tem que ser igual ou inferior a 4,0x

BNDES

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.7x durante os anos de 2006 e 2007.

¹ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.65x a partir de 2008.

- EBITDA / Dívida financeira bruta – tem que ser igual ou superior a 0.26x

- EBITDA / Despesa financeira bruta - tem que ser igual ou superior a 1,5x

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Principais Alterações nas Contas de Resultado

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 6,3%, passando de R\$ 1.283,4 milhões em 2008 para R\$ 1.363,9 milhões em 2009. A receita operacional líquida do exercício de 2009 foi de R\$ 931,1 milhões, representando um aumento de 8,6% em relação à receita verificada em 2008. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 6,7%.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$ 517,3 milhões em 2009, o que representa um acréscimo de 21,4% em relação aos R\$ 426,1 milhões de 2008, devido ao aumento da demanda e preço médio de compra.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$ 183,5 milhões em 2009 e R\$ 192,8 milhões em 2008, representando uma redução 4,8%. As despesas operacionais somaram R\$ 43,2 milhões em 2009 e R\$ 80,4 milhões em 2008, representando uma redução de 46,3%. Juntos, os custos e as despesas operacionais tiveram uma redução de 17,0%, passando de R\$ 273,2 milhões em 2008 para R\$ 226,7 milhões em 2009.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, aumentou de R\$ 229,1 milhões em 2008 para R\$ 256,6 milhões em 2009, representando um incremento de 12,0%, em decorrência do aumento da receita operacional líquida em 8,6% e contenção dos custos e despesas operacionais.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R\$ 78,7 milhões: um aumento de 14,6% em relação ao lucro de R\$ 68,7 milhões em 2008, principalmente devido ao bom desempenho operacional da companhia.

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 18,8%, passando de R\$ 1.080,7 milhões em 2007 para R\$ 1.283,4 milhões em 2008. A receita operacional líquida do exercício de 2008 foi de R\$ 857,2 milhões, representando um aumento de 23,65% em relação à receita verificada em 2007 (R\$ 693,2 milhões). Esse incremento foi influenciado principalmente pelo fato de, em 2007, terem sido provisionados R\$

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

183 milhões referentes ao ajuste dos resultados da revisão tarifária de 2003, determinada pela ANEEL, bem como pelo crescimento do mercado consumidor em 3,4%.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão totalizou R\$ 426,1 milhões em 2008, o que representa um decréscimo de 4,25% em relação aos R\$ 445,0 milhões de 2007, devido à variação de preços e da demanda.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$ 192,8 milhões em 2008 e R\$ 185,3 milhões em 2007, representando um aumento de 4,1% e as despesas operacionais somaram R\$ 80,4 milhões em 2008 e R\$ 121,3 milhões em 2007, representando uma redução de 33,7%. Juntos, os custos e as despesas operacionais tiveram uma redução de 10,9%, passando de R\$ 306,5 milhões em 2007 para R\$ 273,2 milhões em 2008.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, aumentou de R\$ 10,0 milhões em 2007 para R\$ 229,1 milhões em 2008, representando um incremento de 2291,1%, principalmente devido à provisão de R\$ 183 milhões em 2007. Retirando-se, portanto, esse efeito sobre o ano de 2007, o EBITDA apresentaria um aumento de 12,9%.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício de 2008 foi de R\$ 68,7 milhões contra um prejuízo de R\$ 58,1 milhões em 2007, principalmente devido ao bom resultado operacional da companhia.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2009, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$104,3 milhões, comparados a R\$148,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de 29,6% ocorreu, principalmente, em decorrência do pagamento de dividendos e da continuidade dos desembolsos para investimentos em expansão e manutenção da rede, bem como em programas especiais como o “Programa Luz para Todos” e o programa de redução de perdas.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta “consumidores e revendedores” é de R\$267,0 milhões, comparados com R\$261,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. A variação de 1,9% não foi relevante devido ao fato de que as tarifas não foram reajustadas para o período. Este fato ocorreu em virtude da compensação pela redução da base de remuneração regulatória de 2003 (conforme reunião pública realizada em 07/04/2008 pela ANEEL).

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$30,3 milhões, comparados com R\$43,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando uma redução de R\$13,1 milhões ou 30,2% principalmente por conta da redução da inadimplência em virtude de negociações juntos aos clientes.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$22,6 milhões, comparado a R\$45,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal redução de R\$23,3 milhões

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ou 50,7% ocorreu basicamente em decorrência da compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social contabilizados nos exercícios anteriores.

Ativo Regulatório

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, nossa conta de ativos regulatórios era de R\$15,1 milhões e R\$53,4 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$38,3 milhões ou 71,7% ocorreu principalmente em decorrência da amortização de R\$51,4 milhões realizada conforme as disposições regulatórias vigentes.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de consumidores é de R\$31,6 milhões, comparados aos R\$22,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$9,4 milhões ou 42,5% ocorreu em virtude de um aumento no número de parcelamento de contas atrasadas de clientes inadimplentes.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$40,2 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$30,2 milhões ou 302,0% ocorreu basicamente pelas operações de conta corrente realizadas com CELPA, CEMAT e CAIUA. As adições referentes a estes contratos foram respectivamente R\$23,6, R\$4,9 e 4,1 milhões.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2009, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$249,4 milhões, comparados aos R\$264,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de R\$15,3 milhões ou 5,8% é decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com os impostos a pagar sobre o resultado do exercício.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$841,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 3,1% ou R\$25,3 milhões em relação aos R\$815,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude dos investimentos realizados no período.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$104,2 milhões, comparados aos R\$89,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$14,3 milhões ou 15,9%, devido ao aumento de suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

Tributos e Contribuições Sociais

Nossos tributos, contribuições sociais a recolher totalizaram R\$31,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, uma redução de R\$9,4 milhões, em relação aos R\$40,5 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de 23,1% ocorreu principalmente devido aos impostos correntes incidentes sobre a receita e redução de IRPJ incidente sobre JCP.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$21,7 milhões em comparação aos R\$33,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 65,4% ocorreu por três fatores, (i) a migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, (ii) os encargos sobre as parcelas de curto prazo e (iii) novas captações para financiamento de investimentos e capital de giro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos a Pagar

Houve uma redução na conta de dividendos a pagar de R\$27,6 milhões ou 99,7%, mantendo um saldo de R\$0,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 perante o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 de R\$27,7 milhões. Esta variação ocorreu pelo pagamento de dividendos no período.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2009 esta rubrica totalizava R\$29,2 milhões, 77,9% superior ao saldo de R\$16,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$12,8 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Regulatório

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009 e R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2009 é de R\$84,8 milhões, 26,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2008. O aumento do saldo decorreu da transferência dos valores de longo prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$621,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um aumento de R\$49,2 milhões em comparação aos R\$571,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 8,59% está refletido principalmente em encargos sobre as parcelas de longo prazo e novas captações para financiamento de investimentos e capital de giro, deduzido das parcelas transferidas para o curto prazo.

Provisões

Em 31 de dezembro de 2009, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$74,6 milhões, comparados aos R\$91,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal redução de R\$16,7 milhões ou 18,3% ocorreu substancialmente em decorrência da reversão por ganho de causas ou por execução do das referidas provisões.

Passivo Regulatório

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009 e R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2008 é de R\$21,9 milhões, 78,3% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2007. A redução decorreu da transferência dos valores para o curto prazo.

Patrimônio Líquido

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2009 o Patrimônio Líquido foi de R\$678,5 milhões, comparados aos R\$669,8 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$8,7 milhões ou 1,30% foi devido basicamente ao resultado do exercício líquido dos dividendos apropriados.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 comparadas com 31 de dezembro de 2007

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2008, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$148,2 milhões, comparados a R\$28,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$119,9 milhões ou 423,7% ocorreu, principalmente, em decorrência do da melhora no faturamento, pelas ações de combate a inadimplência realizada no período e pelas captações ocorridas no último quadrimestre de 2008 (LPT – R\$ 25,8 milhões, Bradesco – R\$ 59,1 milhões e Baixa Renda – R\$ 33,4 milhões).

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta “consumidores e revendedores” é de R\$261,9 milhões, comparados com R\$282,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. A redução de R\$20,4 milhões ou 7,2% foi resultante das ações de combate a inadimplência e melhora na operacionalização do sistema de cobrança.

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da PCLD é de R\$43,4 milhões, comparados com R\$80,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando uma redução de R\$37,4 milhões ou 46,3% principalmente por conta da implementação da política de cálculo regulatória, que consiste em:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.
- Após análise criteriosa, efetuada pela administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas que estão em processo de negociação.

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos seguimentos de clientes.

Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos, somados aos procedimentos judiciais que compreendem, entre outros, a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2008, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$45,9 milhões, comparado a R\$65,6 milhões de 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$19,7 milhões ou 30,0% ocorreu basicamente em decorrência da compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social contabilizados nos exercícios anteriores.

Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, o montante de tributos e contribuições sociais diferidos correspondem a R\$1,0 milhões, comparado a R\$45,1 milhões de 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$44,1 milhões ou 97,8%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ocorreu basicamente em decorrência da compensação dos créditos oriundos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores com o resultado positivo do período.

Ativo Regulatório

Em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, nossa conta de ativos regulatórios era de R\$53,4 milhões e R\$74,7 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$21,3 milhões ou 28,5% ocorreu principalmente em decorrência da amortização de período, realizada conforme as disposições regulatórias vigentes.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de consumidores é de R\$22,2 milhões, comparados aos R\$11,7 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$10,5 milhões ou 42,5% ocorreu em virtude de um aumento no número de parcelamento de contas atrasadas de clientes inadimplentes.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$264,7 milhões, comparados aos R\$229,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$35,6 milhões ou 15,5% é decorrente basicamente da apropriação de créditos sobre adições temporárias.

Ativo Regulatório

Em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, nossa conta de ativos regulatórios era de R\$11,4 milhões e R\$33,7 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$22,3 milhões ou 66,3% ocorreu principalmente em decorrência da transferência de valores para o curto prazo.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$815,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 3,5% ou R\$27,6 milhões em relação aos R\$788,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude dos investimentos realizados no período.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de fornecedores era de R\$89,9 milhões, comparados aos R\$92,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando uma redução de R\$2,6 milhões ou 2,8%, devido basicamente ao efeito sazonal no prazo médio de pagamentos.

Tributos e Contribuições Sociais

Nossos tributos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$40,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R\$12,8 milhões, em relação aos R\$27,7 milhões de 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de 46,0% ocorreu principalmente devido aos impostos correntes incidentes sobre a receita e ao imposto de renda a recolher do período.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$33,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, uma redução de R\$16,8 milhões em comparação aos R\$50,0 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Tal redução de 33,6% ocorreu principalmente pela reestruturação financeira que alongou os vencimentos, transferindo assim muitos vencimentos para o longo prazo.

Dividendos a Pagar e JCP

Houve um aumento na conta de dividendos a pagar e de JCP de R\$27,7 e R\$32,3 milhões, totalizando os saldos de R\$27,7 e R\$ 32,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 perante aos saldos existentes em 31 de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dezembro de 2007 de R\$0,0 e R\$ 0,0 milhões. Esta variação ocorreu pela apropriação de dividendos e JCP sobre resultado positivo do exercício.

Passivo Regulatório

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2008 é de R\$66,9 milhões, 54,8% inferior aos R\$ 147,9 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$571,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Houve um aumento de R\$404,9 milhões em comparação aos R\$167,0 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de 13,3% ocorreu principalmente pela reestruturação financeira que alongou os vencimentos (transferindo assim muitos vencimentos do curto prazo) e pela captação realizada para o pagamento das debêntures de R\$ 337,5 milhões, que tiveram seu vencimento antecipado devido à troca do acionista majoritário.

Passivo Regulatório

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2008 é de R\$100,6 milhões, 114,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2007. Este aumento decorreu da apropriação pela expectativa de realização.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2008 o Patrimônio Líquido foi de R\$669,8 milhões, comparados aos R\$672,5 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$2,7 milhões ou 0,4% foi devida basicamente ao resultado do exercício líquido dos dividendos e JCP apropriados.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações da Companhia.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A Companhia tem a distribuição de energia no Estado do Mato Grosso Sul como sua fonte de receita. Na tabela abaixo é demonstrada a receita líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ (milhões)	2007	2008	2009
Receita operacional bruta	1.080,7	1.283,4	1.363,9
Deduções	387,5	426,2	432,8
Receita operacional líquida	693,2	857,2	931,1

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. EVENTOS RELEVANTES E IMPACTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS DA COMPANHIA:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não Aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não Aplicável.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas praticas contábeis.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedades por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (International Accounting Standard Board). As mudanças introduzidas na Lei das Sociedades por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

- Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangível foram submetidos a teste de "impairment", conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;
- Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos, sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva da operação, conforme Deliberação nº. 556/2008;
- Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM nº. 564/2008, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas "Consumidores", "Impostos e Contribuições a Compensar";
- A Companhia não procedeu, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme facultado na Deliberação CVM nº. 565/2008.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, são apresentados a seguir:

	Patrimônio Líquido Dez/07	Resultado 2008
Saldo anteriores aos ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08	672.516	68.205
Ajuste a valor presente de ativos e passivos de longo prazo	(8.550)	699
Efeitos tributários sobre ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08	2.907	(238)
Saldo após os ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08	666.873	68.666

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 não apresentaram efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis.

Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:

A Companhia procedeu a análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23):

A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais da companhia, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12):

A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

O parecer do auditor não contém ressalvas, apenas uma ênfase que reproduzimos a seguir:

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 36, a Companhia, por entender que informações relevantes não foram consideradas no cálculo das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica e das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, interpôs recursos contra o resultado apresentado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 785 de 24 de março de 2009 e pela Resolução Homologatória nº 796, de 7 de abril de 2009. Portanto, é entendimento dos Especialistas e Assessores Jurídicos da Companhia que os componentes financeiros apresentados (passivos regulatórios) na Nota Técnica nº 120 de 31 de março de 2009, homologada pela Resolução Homologatória nº 796 devem ser anulados e, como consequência, não foram registrados como passivo regulatório nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2009.

A Administração considera boas as chances de êxito do citado recurso administrativo e avaliará o ajuizamento de ação judicial caso o julgamento deles pela ANEEL não sejam satisfatório.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2007 e 2008, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Enersul. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2009, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares, não foi apresentada nenhuma situação que possa apresentar risco as atividades da Companhia.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.

- i. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
- ii. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
- iii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
- iv. **Contratos de construção não terminada.**
- v. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não Aplicável.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não Aplicável.

b) Natureza e propósito da operação.

Não Aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não Aplicável.

10.10 - Plano de negócios

10.10. PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA:

a) Investimentos:

(i) inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos

R\$ mil	2.008	2.009
Programa Luz Para Todos / Universalização	26,7	29,0
Telecomunicações / Informática / Infra-estrutura	30,8	23,5
Redução de perdas	19,1	9,6
Manutenção e melhorias no sistema	63,2	62,1
Pesquisa e Desenvolvimento	9,0	9,3
Total	139,8	124,2

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização ("Universalização"): em 2009, a Companhia investiu R\$ 29,0 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria.

Telecomunicação/Informática/Infra estrutura: Para atendimento as necessidade de apoio ao negócio da Companhia, foram investidos R\$ 23,5 milhões, em projetos de telecomunicação, informática e infra estrutura.

Programa de Redução de Perdas: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e comerciais. Em 2009 foram investidos R\$ 9,6 milhões.

Manutenção e Melhorias no Sistema são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 62,1 milhões em 2009.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 9,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Eletrobrás

Em 2002, o Governo Federal começou a implementar um programa de universalização destinado a tornar a energia elétrica disponível aos consumidores que de outra forma não teriam acesso a ela. Neste programa, os consumidores de energia elétrica não precisam arcar com os custos de ligação da rede de energia elétrica, os quais são de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL estabeleceu metas para a expansão dos serviços de distribuição prestados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inclusive a meta final de tornar universal o acesso à energia elétrica até 2014. A ANEEL definiu um fator de redução a ser aplicado às tarifas durante o período em que as distribuidoras deixem de cumprir com os projetos de universalização. Os recursos obtidos com o uso de bens públicos e as multas aplicadas às distribuidoras serão investidos na expansão da meta dos serviços universais de distribuição pública de energia, conforme estipulado na regulamentação editada pela ANEEL.

Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sob coordenação do MME e operacionalização da Eletrobrás, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público, por meio de subvenção econômica advinda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e financiamentos com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.

10.10 - Plano de negócios

Participação Por Entidade - %	ENERSUL
Participação Empresa	15%
CDE - Fundo Perdido	40%
RGR – Eletrobrás	35%
Participação Estado – Fundo perdido	10%

Ademais, a Companhia financia seus projetos de investimento em parte com sua geração própria de caixa e em parte através de linhas de financiamento e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não Aplicável.

b) Indicar as aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não Aplicável.

c) Novos produtos e serviços.

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Não Aplicável.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 9,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados.

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa à uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição da Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;

10.10 - Plano de negócios

6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social.

a) Atribuições de cada órgão e comitê.

Compete à Diretoria:

A administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Conselho de Administração:

(a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(b) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;

(c) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

(d) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

(e) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;

(f) autorizar as operações que individualmente envolvam bens, obrigações, prestação de garantias ou avais, constituição de ônus reais sobre bens do ativo, empréstimos, contratos de financiamento e outros negócios jurídicos que representem valores substanciais, assim entendidos aqueles que ultrapassem 5% (cinco por cento) do total de ativos, bem como as alienações de imóveis da Companhia e a realização de investimentos em valores superiores aos limites pré-fixados nos orçamentos de cada exercício;

(g) deliberar sobre a negociação das próprias ações pela Companhia, nos casos permitidos pela legislação;

(h) escolher e destituir auditores independentes; (i) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;

(j) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, bem como de reforma do Estatuto Social;

(k) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição;

(l) deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;

(m) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(n) autorizar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e nacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão; e

(o) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei n.º 6.404/76 e das demais disposições legais aplicáveis.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Compete ao Diretor-Presidente:

- (a) dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia e suas controladas, exercer as demais atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto e pelo Conselho de Administração;
- (b) dirigir a administração das áreas de gestão de pessoas, auditoria e tecnologia da informação;
- (c) a gestão e a orientação da representação da Companhia em suas relações com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e respectivas autoridades, instituições financeiras, entidades de classe e terceiros, respeitado o disposto no Estatuto;
- (d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (e) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social;
- (f) definir a repartição de competências dos demais Diretores nas áreas não mencionadas no Estatuto;
- (g) designar seu substituto nas suas ausências e impedimentos;
- (h) dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa da Companhia;
- (i) dar cumprimento aos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia naquilo que lhe couber;
- (j) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos;
- (k) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e
- (l) zelar pelo cumprimento das regras de Governança Corporativa, das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- (a) promover a implementação e execução do Plano de Negócios da Companhia;
- (b) definir as políticas de atendimento técnico a consumidores e dos sistemas de medição de energia;
- (c) a gestão, planejamento, operação e manutenção do sistema elétrico de distribuição e gestão comercial da Companhia e de suas controladas, observados os padrões adequados de rentabilidade empresarial e os padrões de qualidade definidos pelo Poder Concedente;
- (d) consolidação do programa de investimentos em distribuição de energia elétrica e seus resultados operacionais; e
- (e) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Financeiro e Administrativo:

- (a) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras e administrativas da Companhia e de suas controladas;
- (b) a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco;
- (c) a propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria, planejamento e controle financeiro e tributário;
- (d) a gestão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais;
- (e) supervisionar a execução dos orçamentos anuais;
- (f) a projeção e controle de receitas e despesas, custo de serviços, de pessoal e estudos de mercado;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (g) zelar pelos bens imobiliários da Companhia, providenciando o que for necessário para o seu bom uso e conservação;
- (h) a gestão das atividades inerentes à contabilidade da companhia e de suas controladas;
- (i) controlar a posição patrimonial da Companhia, atendidos os requisitos contábeis, financeiros e legais; e
- (j) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Operacional:

- (a) gerir a execução de estudos, projetos e obras de atendimento a clientes e dos sistemas de medição de energia;
- (b) gerir os serviços comerciais, a otimização das perdas comerciais e o relacionamento com o Conselho de Consumidores;
- (c) gerir a execução de obras e a manutenção de redes, linhas, subestações e sistemas de comando, controle e proteção definir as políticas de planejamento, operação, manutenção e modernização dos sistemas de energia e de investimentos e efetuar a implantação e padronização dos sistemas de automação, controle, telecomando e proteção;
- (d) definir os projetos de Subestações e Linhas de Transmissão; e
- (e) coordenar a programação e operação dos sistemas de energia e controle da qualidade dos produtos, serviços e funcionamento das instalações da Companhia.

Compete ao Diretor de Regulação:

- (a) a gestão e orientação institucional à Companhia com objetivo de atender às normas e regras do órgão regulador de energia elétrica e à legislação correlata;
- (b) o acompanhamento, análise e divulgação dos atos normativos ligados ao Setor Elétrico Brasileiro;
- (c) a representação da Companhia perante o órgão regulador de energia elétrica;
- (d) a gestão de ativos da companhia e de suas controladas; e
- (e) exercer funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Compete aos Diretores Gerentes:

- (a) acompanhar a execução de todos os trabalhos e serviços de interesse da Companhia, aprovados pela Diretoria; e
- (b) colaborar com os demais diretores e exercer funções específicas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração

Relação com Investidores:

O Conselho de Administração indicará um Diretor eleito para desempenhar a função de Diretor de Relação com Investidores e lhe atribuirá a seguinte competência: (i) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia que venham a ser admitidos à negociação; (ii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; e (iii) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em Lei.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	18/03/2010
		Diário Oficial - MS	18/03/2010
		Valor Econômico - MS	18/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	14/04/2010
		Diário Oficial do Estado - MS	14/04/2010
		Valor Econômico - MS	14/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	29/04/2010
		Diário Oficial - MS	29/04/2010
		Valor Econômico - MS	29/04/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	31/03/2009
		Diário Oficial do Estado - MS	31/03/2009
		Valor Econômico - MS	31/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	15/04/2009
		Diário Oficial do Estado - MS	15/04/2009
		Valor Econômico - MS	15/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	30/04/2009
		Diário Oficial do Estado - MS	30/04/2009
		Valor Econômico - MS	30/04/2009
31/12/2007	Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	06/03/2008
		Diário Oficial do Estado - MS	06/03/2008
		Valor Econômico - MS	06/03/2008
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Correio do Estado (Campo Grande) - MS	07/04/2008
		Diário Oficial do Estado - MS	07/04/2008
		Valor Econômico - MS	07/04/2008

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Cyro Vicente Boccuzzi	51	Pertence apenas à Diretoria	05/11/2010	Até Abril de 2012.
053.466.778-36	Engenheiro Eletricista	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/11/2010	Sim
Não				
Edmir José Bosso	60	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	2 anos
362.669.818-15	Tecnólogo em Eletricidade	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2010	Sim
Não				
José Carlos Santos	45	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	2 anos
064.833.078-88	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2010	Sim
Não				
VALDIR JONAS WOLF	50	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	2 anos
409.385.499-87	Contador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2010	Sim
Não				
Alberto José Rodrigues Alves	67	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	2 anos
029.912.508-44	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim
Não				
Antonio da Cunha Braga	63	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	2 anos
266.514.758-00	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim
Não				
Jorge Queiroz de Moraes Junior	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	2 anos
005.352.658-91	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2010	Sim
Diretor Gerente				
Omar Bittar	79	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	2 anos
014.403.068-34	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim
Não				
Plácido Gonçalves Meirelles	75	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	2 anos
008.482.718-15	Industrial	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim
Não				
RAUL TOSCANO DE BRITO NETO	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
337.817.107-34	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Não
Não				
Carmem Campos Pereira	42	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2010	2 anos
111.333.448-79	Administradora de empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	29/04/2010	Sim
Diretora de Relação com Investidores				
Carmem Campos Pereira	42	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	05/05/2010	2 anos
111.333.448-79	Administradora de Empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	05/05/2010	Sim
Conselheira da Administração e Diretora de Relação com Investidores				
Jorge Queiroz de Moraes Junior	65	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	05/05/2010	2 anos
005.352.658-91	Engenheiro	34 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.	05/05/2010	Sim
Conselheiro de Administração				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Cyro Vicente Boccuzzi - 053.466.778-36				
CYRO VICENTE BOCCUZZI				
Data de Nascimento: 04 de novembro de 1959				
Engenheiro Eletricista pela Universidade Mackenzie, 1982				
Pós Graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas/FGV-CEAG, 1986				
MBA em Controladoria pela FIA/FEA/FIPECAFI/USP, 1999				
Experiência Profissional: Foi Sócio Diretor da ECOee – Expertise, Consultoria e Ordenamento em Energia Eficiente (2007-2009) e Diretor Executivo da Andrade & Canellas Consultoria e Energia (A&C) (2008-2009).				
Começou sua carreira na AES Eletropaulo em 1982, e no período de 2001-2007, foi Vice Presidente de Operações, reportando ao presidente da AES.				
Edmir José Bosso - 362.669.818-15				

EDMIR JOSÉ BOSSO

Data de nascimento: 15 de abril de 1950

Tecnólogo em Eletricidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Experiência no setor elétrico desde 1976.

Cargos exercidos:

Gerente de Divisão de Cadastro de Redes, 1982 – 1986 – ENERSUL

Diretor Comercial – PROENGE Engenharia Ltda – 1987 – 1994

Gerente de Divisão de Construção – 1995 – 1997 – ENERSUL

Gerente de Departamento Centro Campo Grande – 1997 – 1998 – ENERSUL

Superintendente de Serviços Técnicos – 1999 – 2003 – ENERSUL

Superintendente de Construção e Manutenção – 2003 – 2005 – ENERSUL

Superintendente de Engenharia da Distribuição – 2006 até 10/09/2008

Assistente da Presidência – dez/07 até 10/09/2008 – “cumulativo”

Coordenação do Programa Luz para Todos

Campo de Atividade:

Construção e Manutenção de Redes e linhas ate 138 KV

Construção e Manutenção de Redes protegida

Construção e Manutenção de Redes subterrânea

Construção e Manutenção de Subestações até 138 KV

Manutenção de Usinas Térmicas e Hidroelétricas

Atividade Comercial, corte/ligação, inspeção

José Carlos Santos - 064.833.078-88

JOSÉ CARLOS SANTOS

Data de nascimento: 06 de abril de 1965.

Formado em Administrador de Empresas pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas com Pós – Graduação em Finanças pela Universidade Mackenzie

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Rohr S.A (1984-1987), O Estado de São Paulo (1987 –1988); Marítima Navegação e Petróleo S.A (1988-2000) Diretor Financeiro e Administrativo do Rede Energia S.A, responsável pelas áreas Financeira, Administrativa, Contas a Pagar, e por captações de recursos de curto e médio prazo e aplicações no mercado financeiro.

Responsável pela área da dívida e contabilidade das empresas Sul e Sudeste da Rede Energia S.A.

Conhecimento nas áreas Fiscal, Custos, Contas a Receber, Recursos Humanos, Informática e Materiais.

Participação na implantação de Sistemas e Certificação da ISO 2002 no sistema financeiro

Relacionamento com Mercado Financeiro

Diretor Gerente do Grupo Rede, da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

Procurador de todas as empresas pertencentes ao Grupo Rede.

Com mais de 20 anos de experiência nas áreas Financeiras e Administrativas.

Atua na Rede Energia S.A (Rede Sul/Sudeste), há seis anos ocupando o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo.

Diretor das empresas: Caiuá – Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL, Tangará Energia S.A, Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A, Rede Comercializadora de Energia S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Couto Magalhães Energia S.A.e da Fundação Aquarela.

VALDIR JONAS WOLF - 409.385.499-87

VALDIR JONAS WOLF

Data de Nascimento: 17 de fevereiro de 1960

Contador formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Línguas de Guarapuava - PR

Experiência Profissional: É membro da diretoria da Cemate desde 1997 e membro da diretoria desde maio de 2005. Atua no setor elétrico desde 1979, trabalhou na CFLO por 08 (oito) anos. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente de Assuntos Regulatórios da Rede Energia S.A, onde é responsável pela coordenação e acompanhamento de todos os atos ligados ao Poder Concedente, bem como coordena e executa todo o processo tarifário da Companhia.

Diretor Vice Presidente das empresas: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A, Rede Energia S.A, QMRA Participações S.A, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT.

Diretor das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Caiuá – Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Força e Luz do Oeste Empresa, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL, BBPM – Participações S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A, Rede Power do Brasil S.A , Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Participações S.A e Rede Peixe Energia S.A.

Membro do Conselho de Administração da Tangará Energia S.A., controlada pela REDE ENERGIA S.A.

Alberto José Rodrigues Alves - 029.912.508-44

ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-Presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Elucid Partners S.A..

Sócio Administrador: Agro Pastoral Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Antonio da Cunha Braga - 266.514.758-00

ANTONIO DA CUNHA BRAGA

Data de nascimento 18/7/1947

Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Marília – UNIMAR, eletrotécnico formado pelo Instituto Americano de Lins e pós-graduado em Administração Geral pela USP. Trabalha na Rede Energia há 35 anos.

Jorge Queiroz de Moraes Junior - 005.352.658-91

Jorge Queiroz de Moraes Junior - 005.352.658-91

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o presidente do Conselho de Curadores da Fundação Aquarela bem como Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, JQMJ – Participações S.A., Juruena Energia S.A., Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoral Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Omar Bittar - 014.403.068-34

OMAR BITTAR

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1931

Membro do Conselho de Administração desde dezembro de 2005. Atualmente é Sócio Diretor da Omar Bittar Assessoria e Consultoria Jurídica S/C e Diretor de Comunicação da Rede Energia.

Foi diretor superintendente da Gazeta Mercantil e Jornal Investimento, vice-presidente da CODETEC – Companhia de Desenvolvimento Tecnológico de Campinas e da ABDIB – Associação Brasileira de Indústrias de Base, diretor para assuntos Internacionais da CPD – Companhia Paulista de Desenvolvimento e consultor e representante da AEP – American Electric Power. Foi Assessor Especial para Assuntos de Privatização e Projetos Especiais do Estado de São Paulo. É formado em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói, Rio de Janeiro e em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Plácido Gonçalves Meirelles - 008.482.718-15

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES

Data de Nascimento: 25 de dezembro de 1934

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: É membro do Conselho de Administração desde abril de 2000. É sócio Gerente da Trois Elles Modas e Confeccões. Atuou como membro do Conselho de Curadores da REDEPREV e como diretor da Termocerâmica São Martinho.

Diretor Vice Presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretor das empresas: Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Rede Energia S.A., QMRA Participações S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL

RAUL TOSCANO DE BRITO NETO - 337.817.107-34

RAUL TOSCANO DE BRITO NETO

Data de Nascimento: 24 de junho de 1951

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Trabalha na Enersul desde de 1986 e Membro do Conselho de Administração desde abril de 1997. É supervisor de Oficina Eletromecânica e Laboratoriais.

Carmem Campos Pereira - 111.333.448-79

Carmem Campos Pereira - 111.333.448-79

CARMEM CAMPOS PEREIRA

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1968

Formada em Direito na Faculdade Metropolitanas Unidas - 1995

Administração de Empresas Graduada pela Universidade São Judas Tadeu - 1989

MBA Finanças – USP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da Diretoria desde maio de 1998.

Diretora Presidente e de Relação com Investidores e diretora administrativa e Financeira das empresas: Rede Energia S.A, Rede Participações S.A., Rede Peixe Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Caiuá Distribuição de Energia S.A, Juruena Energia S.A e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL.

Diretora Vice-Presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretora das empresas: BBPM – Participações S.A S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale

Paranapanema S.A, Elucid Partners S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, QMRA Participações S.A, Rede Power do Brasil S/A e Fundação Aquarela.

Diretora e membro do Conselho de Administração da empresa: Couto Magalhães Energia S.A

Sócia Administradora: Agro Pastoral Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

12.12 - Outras informações relevantes

12.7. MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, COMITÊS DE AUDITORIA, COMITÊS DE RISCO, COMITÊS FINANCEIRO E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO:

A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

12.12. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "12".

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9.00	7.00		16.00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	300,000.00	2,000,000.00		2,300,000.00
Benefícios direto e indireto	0.00	100,000.00		100,000.00
Participações em comitês	0.00	0.00		0.00
Outros	0.00	0.00		0.00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0.00	750,000.00		750,000.00
Participação de resultados	0.00	1,732,960.00		1,732,960.00
Participação em reuniões	0.00	0.00		0.00
Comissões	0.00	0.00		0.00
Outros	0.00	0.00		0.00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0.00	0.00		0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00		0.00
Baseada em ações	0.00	0.00		0.00
Observação				
Total da remuneração	300,000.00	4,582,960.00		4,882,960.00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9.00	6.00		15.00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	270,000.00	1,892,320.00		2,162,320.00
Benefícios direto e indireto	0.00	33,000.00		33,000.00
Participações em comitês	0.00	0.00		0.00
Outros	0.00	0.00		0.00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0.00	699,360.00		699,360.00
Participação de resultados	0.00	0.00		0.00
Participação em reuniões	0.00	0.00		0.00
Comissões	0.00	0.00		0.00
Outros	0.00	0.00		0.00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0.00	0.00		0.00
Cessação do cargo	0.00	0.00		0.00
Baseada em ações	0.00	0.00		0.00
Observação				
Total da remuneração	270,000.00	2,624,680.00		2,894,680.00

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	9,4%	90,60%	

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13"

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
REDE POWER DO BRASIL SA						
00.412.685/0001-83	BR	Não	Não	15/12/2010		
	23,243,342,380	39.800000%	0	0.000000%	23,243,342,380	39.800000%
REDE ENERGIA SA						
61.584.140/0001-49	BR	Não	Sim	15/12/2010		
	35,155,269,868	60.100000%	0	0.000000%	35,155,269,868	60.100000%
OUTROS						
	42,456,315	0.100000%	0	0.000000%	42,456,315	0.100000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0.000000%	0	0.000000%	0	0.000000%
TOTAL						
	58,441,068,563	100.000000%	0	0.000000%	58,441,068,563	100.000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
REDE ENERGIA SA				61.584.140/0001-49	
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.					
45.661.048/0001-89	BR	Sim	Sim	31/12/2009	
43,614,095	19.700000	6,680,107	6.600000	50,294,202	15.600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A. - EEVP					
60.876.075/0001-62	BR	Sim	Sim	31/12/2009	
174,772,375	79.000000	16,162,701	16.000000	190,935,076	59.200000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
2,771,520	1.300000	78,074,672	77.400000	80,846,192	25.200000
TOTAL					
221,157,990	100.000000	100,917,480	100.000000	322,075,470	100.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.				45.661.048/0001-89	
BBPM Participações SA					
58.890.112/0001-45	BR-SP	Não	Sim	12/07/2010	
50,674,477	24.300000	136,641,124	51.300000	187,315,601	39.400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Jorge Queiroz de Moraes Junior					
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim		
91,755,080	44.000000	2,883,040	1.100000	94,638,120	19.900000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JQMJ Participações SA					
54.445.853/0001-66	BR-SP	Não	Sim	12/07/2010	
51,170,914	24.500000	0	0.000000	51,170,914	10.800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
15,064,604	7.200000	126,717,510	47.600000	141,782,114	29.900000
TOTAL					
208,665,075	100.000000	266,241,674	100.000000	474,906,749	100.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - EEVP				60.876.075/0001-62		
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.						
45.661.048/0001-89	BR	Sim	Sim	31/12/2009		
81,557,639	63.500000	45,138,123	41.000000	126,695,762	53.100000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundo de Investimento do FGTS						
09.234.078/0001-45	BR-SP	Sim	Não	09/08/2010		
29,468,525	22.900000	58,937,056	53.600000	88,405,581	37.100000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
17,403,544	13.600000	5,913,620	5.400000	23,317,164	9.800000	
TOTAL	128,429,708	100.000000	109,988,799	100.000000	238,418,507	100.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BBPM Participações SA				58.890.112/0001-45		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim			
272,029	67.600000	10,244	47.100000	282,273	66.600000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
JQMJ Participações SA						
54.445.853/0001-66	BR-SP	Não	Sim	19/07/2010		
44,000	10.900000	0	0.000000	44,000	10.400000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
86,246	21.500000	11,486	52.900000	97,732	23.000000	
TOTAL	402,275	100.000000	21,730	100.000000	424,005	100.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.				45.661.048/0001-89	
BBPM Participações SA					
58.890.112/0001-45	BR	Não	Sim	31/12/2009	
50,674,477	24.300000	136,641,124	51.300000	187,315,601	39.400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Jorge Queiroz de Moraes Junior					
005.352.658-91	BR	Não	Sim	31/12/2009	
91,855,080	44.000000	2,191,841	0.800000	94,046,921	19.800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JQMJ - Participações SA					
54.445.853/0001-66	BR	Não	Sim	31/12/2009	
51,170,914	24.500000	0	0.000000	51,170,914	10.800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
14,964,604	7.200000	127,409,709	47.900000	142,374,313	30.000000
TOTAL					
208,665,075	100.000000	266,242,674	100.000000	474,907,749	100.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JQMJ Participações SA				54.445.853/0001-66		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim			
217,773	98.100000	161,804	78.900000	379,577	88.900000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
4,223	1.900000	43,200	21.100000	47,423	11.100000	
TOTAL						
221,996	100.000000	205,004	100.000000	427,000	100.000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BBPM Participações SA				58.890.112/0001-45	
Jorge Queiroz de Moraes Junior					
005.352.658-91	BR	Não	Sim		
266,029	66.200000	9,200	42.400000	275,229	64.900000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JQMJ - Participações SA					
54.445.853/0001-66	BR	Não	Sim	31/12/2009	
44,000	10.900000	0	0.000000	44,000	10.400000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
92,246	22.900000	12,530	57.600000	104,776	24.700000
TOTAL	402,275	100.000000	21,730	100.000000	424,005
					100.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JQMJ - Participações SA				54.445.853/0001-66		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR	Não	Sim			
217,773	98.100000	161,804	78.900000	379,577	88.900000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
4,223	1.900000	43,200	21.100000	47,423	11.100000	
TOTAL						
221,996	100.000000	205,004	100.000000	427,000	100.000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JQMJ Participações SA				54.445.853/0001-66		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim			
217,773	98.100000	161,804	78.900000	379,577	88.900000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
4,223	1.900000	43,200	21.100000	47,423	11.100000	
TOTAL						
221,996	100.000000	205,004	100.000000	427,000	100.000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JQMJ - Participações SA				54.445.853/0001-66		
Jorge Queiroz de Moraes Junior						
005.352.658-91	BR-SP	Não	Sim			
217,773	98.100000	161,804	78.900000	379,577	88.900000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
4,223	1.900000	43,200	21.100000	47,423	11.100000	
TOTAL						
221,996	100.000000	205,004	100.000000	427,000	100.000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	15
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	42,456,308	0.100000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0.000000%
Total	42,456,308	0.100000%

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "15".

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CAIUÁ, CELTINS, CFLO, CNEE, EEB, CEMAT, EDEVP, CELPA, ENERSUL	31/01/2008	518,700.00	Não aplicavel	Não aplicavel	Indeterminado	NÃO	0.000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Uso de aeronave						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Ofício nº 1955/2003						
Natureza e razão para a operação							
CAIUÁ, CELTINS, CFLO, CNEE, EEB, CEMAT, EDEVP, CELPA, ENERSUL	17/02/2009	0.00	Não aplicavel	Saldo verificado mensalmente.	22/07/2010	NÃO	0.000000
Relação com o emissor	Coligadas						
Objeto contrato	Uso do escritório de Brasília - DF						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Despacho nº 1781/2006 (prorroga o contrato) Despacho nº 652/2009 (Inclui a ENERSUL no contrato)						
Natureza e razão para a operação							
CAIUÁ, CELTINS, CFLO, CNEE, EEB, CEMAT, EDEVP, CELPA, REDECOM, ENERSUL	29/10/2008	16,871,030.00	Não aplicavel	Não aplicavel	03/08/2010	NÃO	0.000000
Relação com o emissor	Coligadas						
Objeto contrato	Gestão de pessoal						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Despacho nº 4398/2008 (prorroga o contrato) Despacho nº 3923/2008 (Inclui a ENERSUL no contrato)						
Natureza e razão para a operação							
Companhia Nacional de Energia Elétrica	31/10/2008	0.00	Saldo em 31/12/2009 de R\$ 1.500.000,00	Não aplicavel	31/08/2011	SIM	0.000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mutuo						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Não aplicavel						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a Companhia, CNEE, CELPA, CEMAT e CELTINS, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho 4579/2008-SFF/ANEEL, de 11 de dezembro de 2008.						
Companhia Nacional de Energia Elétrica	31/10/2008	0.00	Saldo Ativo em 31/12/2009 de R\$ 1.500.000,00	Não aplicavel	31/08/2011	SIM	0.000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mutuo						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Não aplicavel						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a Companhia, CNEE, CELPA, CEMAT e CELTINS, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho 4579/2008-SFF/ANEEL, de 11 de dezembro de 2008.						
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	31/10/2008	0.00	Saldo Ativo em 31/12/2009 de R\$ 23.600.000,00	Não aplicavel	31/08/2011	SIM	0.000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mutuo						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Não aplicavel						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a Companhia, CNEE, CELPA, CEMAT e CELTINS, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho 4579/2008-SFF/ANEEL, de 11 de dezembro de 2008.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	31/10/2008	0.00	Saldo Ativo em 31/12/2008 de R\$ 10.000.000,00 e em 31/12/2009 de R\$ 14.900.000,00	Não aplicavel	31/08/2011	SIM	0.000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mutuo						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Não aplicavel						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a Companhia, CNEE, CELPA, CEMAT e CELTINS, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho 4579/2008-SFF/ANEEL, de 11 de dezembro de 2008.						
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins. - CELTINS	31/10/2008	0.00	Saldo Passivo em 31/12/2009 de R\$ 9.400.000,00	Não aplicavel	31/08/2011	SIM	0.000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mutuo						
Garantia e seguros	Não aplicavel						
Rescisão ou extinção	Não aplicavel						
Natureza e razão para a operação	Foram firmados contratos de mútuo entre a Companhia, CNEE, CELPA, CEMAT e CELTINS, nas seguintes condições 100% do CDI acrescido ao ano, com vencimento em 31 de agosto de 2011. Essa repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho 4579/2008-SFF/ANEEL, de 11 de dezembro de 2008.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADOS NO ITEM ACIMA OCORRIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: (a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
15/12/2010	533,468,270.74		58,441,068,563	0	58,441,068,563

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "17".

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO:

A Companhia não tem valores mobiliários em negociação.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. VALORES MOBILIÁRIOS ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA:

Até a data deste Formulário de Referência, não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Outras informações relevantes

18.5. OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS (QUE NÃO SEJAM AÇÕES)

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não ações.

18.10. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não existem outras informações relevantes sobre este item "18".

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "19".

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "20".

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELA COMPANHIA PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA:

Nos termos da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia, a Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e Bolsas de Valores.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita por meio de documento escrito, descrevendo com clareza e precisão os atos e/ou fatos objeto da comunicação, indicando, sempre que possível e quando for o caso, os valores envolvidos.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA (INCLUSIVE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS):

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, Bolsas de Valores e público.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Diretor Presidente e de Relação com Investidores com auxílio dos demais membros da administração e integrantes da equipe que atuam na área Relação com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "21".

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA:

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal em seus negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA:

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:

A Companhia não celebrou nenhum contrato relevante não diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes sobre este item "22".